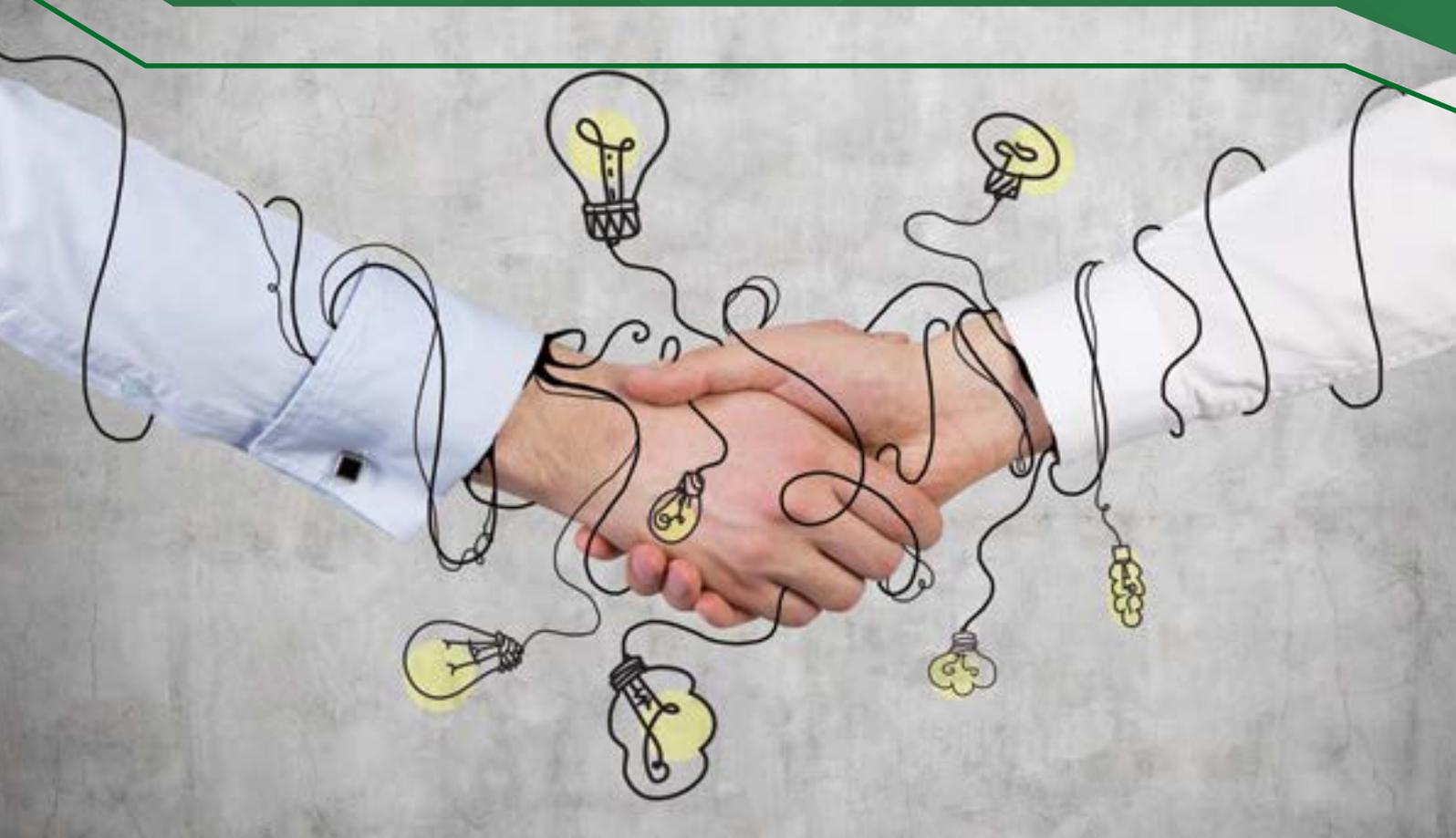


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Manual de Parcerias Mecanismos e Instrumentos para a Dinamização de *Habitats* e Ecossistemas de Empreendedorismo e Inovação na RFEPCT



2ª Edição

EXPEDIENTE

Presidente da República Federativa do Brasil
Michel Temer

Ministro de Estado da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretária-Executiva
Maria Helena Guimarães de Castro

Secretária de Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal
Romero Portella Raposo Filho

Equipe Técnica

Eder Jose Da Costa Sacconi
Maria Gomes da Conceição Lira
Paulo Henrique de Azevedo Leão
Robson Caldas de Oliveira

Colaboradores

André Luiz Carneiro de Araújo
Tadeu Pissinati Sant'Anna



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. PRESSUPOSTOS	9
2. HABITATS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO.....	13
2.1 Objetivos	14
2.2 Características	15
3. RELACIONAMENTO COM OS ATORES EXTERNOS	21
3.1 Instituições Parceiras Demandantes	21
3.2 Fundação de Apoio	22
3.3 Empresa Brasileira de Pesquisa Industrial e Inovação (EMBRAPII)	23
3.4 Agências de cooperação, agências de fomento e afins	24
3.5 Leis de incentivos fiscais à inovação e cláusulas de P&D de regulamentos das agências reguladoras.....	25
3.6 Laboratórios reconhecidos e acreditados para a prestação de serviços técnicos e tecnológicos.....	26
4. PROGRAMA DE GESTÃO DE PD&I, EXTENSÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO INOVADOR NA RFEPECT.....	27
4.1 Objetivos	29
4.2 Componentes.....	30
4.3 Operacionalização	31
4.4 Organização	31
4.5 Plano de Trabalho.....	33

4.6	Fluxos.....	35
4.6.1	Fluxo do processo de prospecção	35
4.6.2	Fluxo do processo de negociação e contratação	36
4.6.3	Fluxo do processo de execução de projetos de PD&I.....	37
4.6.4	Fluxo do processo de entrega de projetos de PD&I	38
4.7	Acompanhamento e avaliação.....	38
5.	DEFINIÇÕES	41



INTRODUÇÃO

A partir de 1909, instalou-se no Brasil a primeira rede nacional de escolas profissionalizantes públicas, as Escolas de Aprendizes Artífices, por iniciativa do então presidente da república, Nilo Peçanha. Desde então, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil passou por muitas transformações, incorporando novos formatos escolares e se diversificando para atender as necessidades do desenvolvimento social e econômico do país. Até 2002, haviam sido implantadas 140 escolas federais de cunho profissionalizante, dentre elas, os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs), o Colégio Pedro II e as escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (UF). Todo este conjunto de unidades escolares está atualmente integrado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT ou Rede), que, entre 2003 e 2010, incorporou mais 214 novas unidades, previstas no plano de expansão da Rede Federal, implementado pelo Ministério da Educação nesse período. Além disso, algumas escolas de outras redes também foram federalizadas, juntando-se à RFEPCT.

Entre os anos de 2011 e 2014, o MEC investiu mais de R\$ 3,3 bilhões na expansão da EPT, ampliando ainda mais a RFEPCT. Das 208 novas unidades previstas para o período, todas entraram em funcionamento, totalizando 644 campi em atividade.

Hoje, são 38 Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (IF) presentes em todos os Estados e no Distrito Federal, oferecendo cursos de qualificação profissional para a formação inicial e continuada (FIC) de profissionais, ensino médio integrado a cursos técnicos, cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao ensino médio, cursos superiores de tecnologia, licenciaturas, engenharias e outros bacharelados, cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, além de uma rica gama de cursos de extensão. Na Rede, há também dois Cefets remanescentes (MG e RJ), 25 escolas técnicas vinculadas a UF, o Colégio Pedro II e uma Universidade Tecnológica Federal, no Paraná.

O escopo ampliado da missão dessas instituições e as novas perspectivas trazidas pelo texto da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, bem como o conhecimento produzido e adquirido desde a criação das antigas Escolas Técnicas Federais, habilitam e qua-

lificam a Rede a participar do processo de apoio à inovação¹ tecnológica no Brasil. Seus campi vêm a desempenhar crescentemente o papel de centros de excelência tecnológica e disseminadores de conhecimento para o aumento da produtividade e da competitividade da economia nacional. Diante disto, diversas iniciativas estruturantes de ambientes voltados ao atendimento das demandas dos encadeamentos produtivos se estabeleceram nas instituições da RFEPCT: Hotéis de projetos, incubadoras tecnológicas, núcleos de inovação tecnológica (NITs)², laboratórios organizados para a prestação de serviços técnicos e tecnológicos, e polos de inovação são alguns tipos desses ambientes.

Nos laboratórios da RFEPCT os pesquisadores realizam atividades de ensino, pesquisa básica e aplicada por meio de desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) em cooperação com entes demandantes da sociedade.

Os laboratórios também são estruturas para a extensão tecnológica³, viabilizando a realização de testes, calibrações e certificações de produtos mediante a aplicação de normas técnicas. Como ambientes tecnológicos que se relacionam com os diversos setores econômicos locais, regionais e nacionais, também beneficiam a EPT em seu aspecto mais profissional e tecnológico, pelo nível de requisitos que esses espaços atendem. Muitas vezes, são os próprios habitats de incubação de projetos e empreendimentos. Com essa abrangência, são verdadeiros laboratórios de educação, ciência e tecnologia.

As iniciativas de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de suporte ao empreendedorismo inovador, todas em apoio à inovação, apresentam-se de diferentes maneiras dentro das instituições da Rede Federal. Além dos projetos de pesquisa e extensão já consolidados, viabilizados por programas de iniciação científica e tecnológica (PIBIC, PIBITI e PIBEX) e por agências de fomento municipais, estaduais e federais, há também iniciativas de PD&I, realizadas por meio de acordos com entes dos setores público e privado. Nos projetos focados em pesquisa aplicada, inclusive os apoiados pelas Chamadas SETEC/MEC CNPq N° 94/2013 e N° 17/2014, a Rede conta com o suporte de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), em operação em praticamente todas as instituições da RFEPCT, além de aproximadamente 26 programas de estímulo à criação de negócios. Destacam-se os hotéis de projetos, as incubadoras de empresas e os hotéis de projetos, complementados por empresas juniores⁴ e vivências empreendedoras oportunizadas por entes parceiros. Estas ações se articulam com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, promovendo uma abordagem educacional de baseada em projetos. Todas essas ações configuram habitats de empreendedorismo e inovação⁵, integrando, com outras instituições parceiras, os

1 Introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente, que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho.

2 Estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas na Lei n° 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

3 atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua disponibilização à sociedade e ao mercado.

4 Entidade organizada sob a forma de associação civil devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e com estatuto registrado no respectivo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, constituída de estudantes matriculados em curso(s) de graduação oferecido(s) por instituição de ensino superior, com o intuito de realizar projetos e oferecer serviços que contribuam para o desenvolvimento do país e que oportunizem a formação de profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo.

5 Designação genérica dada ao ambiente propício ao desenvolvimento contínuo de inovações tecnológicas e não tecnológicas bem como de empreendimentos inovadores; Constitui-se em espaço integrado de aprendizagem coletiva, de intercâmbio de conhecimentos e de práticas produtivas, de trabalho colaborativo e de interação e interrelação entre os diversos agentes promotores do empreendedorismo e da inovação: pessoas jurídicas privadas (empresas, cooperativas, associações, organizações da sociedade civil, fundações, etc.), ICTs, entidades do terceiro setor, agências governamentais e outros entes de apoio e fomento, bem como pesquisadores, dirigentes empresariais, gestores da academia e do terceiro setor, profissionais, estudantes, agentes governamentais, investidores e inventores independentes.

ecossistemas que se enraízam nos territórios de influência dos campi da Rede.

Para nortear a criação, regulamentação e funcionamento desses habitats na Rede Federal, em alinhamento com as recentes modificações na legislação que rege as atividades de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), bem como com a publicação de novas portarias do Ministério da Educação (MEC) no âmbito da Rede Federal, fez-se necessária a elaboração de um manual contendo orientações quanto à implantação de um Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador na RFEPCT. Sua finalidade é potencializar os principais tipos de habitats de empreendedorismo e inovação presentes na Rede Federal bem como ampliar sua capacidade de colaborar em atividades de pesquisa e extensão, para que venham a atuar cada vez mais em parcerias com entes demandantes da sociedade, integrando, assim, seus campi aos ecossistemas congêneres presentes no território brasileiro.



PRESSUPOSTOS

A RFEPCT, reorganizada a partir da Lei 11.892/2008, passou a contemplar a pesquisa e a extensão entre seus objetivos e características, além da consolidação do modelo de ensino verticalizado, iniciado pelos primeiros Cefets em 1978. Estas duas atividades já existiam anteriormente nas instituições da Rede, porém, de forma voluntária e, na maioria das vezes, incipiente. Quanto às atividades de apoio à inovação no ambiente produtivo, as instituições da Rede vêm gradativamente estruturando seus NITs, mas a maioria ainda apresenta graus de maturidade muito baixos.

É neste contexto que se oferece este Manual de Parcerias, no âmbito do Programa de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica do Empreendedorismo Inovador na RFEPCT. O objetivo principal deste Manual é oferecer orientação, articulada a outros mecanismos e instrumentos que serão oportunamente oferecidos, para a dinamização dos habitats e ecossistemas de inovação da RFEPCT. Como objetivos secundários, pretende-se:

- Contribuir para o desenvolvimento de competências em gerenciamento de projetos de PD&I, de extensão tecnológica e de habitats apoio ao empreendedorismo e à inovação nos campi da RFEPCT;
- Contribuir para o fortalecimento dos NITs das instituições da RFEPCT;
- Orientar sobre as formas de estruturação e funcionamento de habitats de empreendedorismo e inovação nos campi da RFEPCT;
- Facilitar o desenvolvimento das competências de gestão dos habitats de empreendedorismo e inovação dos campi da RFEPCT;
- Orientar para o reconhecimento de laboratórios por redes metrológicas e para a sua acreditação pelo Inmetro;
- Orientar para a regulamentação, pelos Conselhos Superiores das instituições da RFEPCT, das políticas e das atividades de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de estímulo ao empreendedorismo e à inovação;
- Orientar para a criação de fundações de apoio pelas instituições da RFEPCT;

- Orientar para a participação das instituições da Rede em processos de governança de ecossistemas de empreendedorismo e inovação da sociedade.

Estes objetivos encontram pressupostos e fundamentos legais nos seguintes dispositivos:

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, atribuindo-lhes finalidades, características e objetivos que motivaram a elaboração deste Manual;
- Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, e as fundações de apoio, mecanismo fundamental para o estabelecimento de parcerias e execução de projetos conjuntos entre instituições da RFEPECT e entes da sociedade, especialmente com aqueles da iniciativa privada;
- Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, estabelecendo definições e procedimentos para a gestão de ativos de propriedade intelectual⁶, de serviços tecnológicos e de habitats de empreendedorismo e inovação;
- Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.973/2004 e determina a obrigatoriedade da implantação de NITs nas Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), definição que abrange todas as instituições da RFEPECT, com a finalidade de gerir suas políticas de inovação;
- Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que, dentre outras disposições, versa sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica, instrumento fundamental para viabilizar a captação de recursos financeiros privados a serem destinados aos projetos realizados em cooperação;
- Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016, que disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior, reconhecendo e consolidando no Brasil uma experiência vitoriosa de 30 anos de promoção do empreendedorismo no seio da classe estudantil, protagonizada pelos próprios estudantes;
- Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial⁷, impactando os ativos de conhecimento produzidos nas instituições da RFEPECT, que passam a ter valoração econômica e requerem gestão patrimonial;
- Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei no 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei no 8.958, de 20 de dezembro de 1994,

⁶ Bens imateriais decorrentes da criatividade humana e de conhecimentos aplicados que, tomadas as providências de sigilo ou, alternativamente, formalizados na esfera jurídica, passam a ser objeto de proteção pelo Direito, com a afetação da sua titularidade, de que resulta a exclusividade. Tal proteção representa direito à exclusividade de sua utilização. O direito a ela atribuído tem caráter absoluto, ou seja, oponível contra todos. O direito de autor, o direito à titularidade de um software ou o direito às marcas e patentes, considerados em si mesmos, são direitos imateriais, mas, para poderem ser fruídos normalmente, demandam materialização. Tal materialização gera, para os donos dos exemplares (livros, invento, software) a possibilidade de fruição individual e utilização simultaneamente a todas as demais pessoas que se tornem donas de outros exemplares.

⁷ É o instrumento jurídico criado para proteger as invenções e os modelos de utilidade e das marcas, indicações geográficas e desenhos industriais.

a Lei no 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei no 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015, perfazendo um conjunto de legislações atualizadas para dar conta de facilitar o desenvolvimento da CT&I no Brasil;

- Portaria Setec/MEC n.º 58, de 21 de novembro de 2014, que regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criando a possibilidade de oferecer programas estruturantes das atividades de gestão e de execução de projetos de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de habitats de apoio ao empreendedorismo e à inovação;
- Portaria nº 37, de 29 de outubro de 2015, que dispõe sobre o funcionamento dos polos de inovação dos IFs, encaminhando um modelo de gestão a ser disseminado em toda a Rede.

Todo este marco regulatório visa implementar, em última instância, o princípio constante no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os projetos, para além de um fim em si mesmos e para alguma finalidade externa e imediata de seus resultados, pressupõe uma pedagogia.

Em termos educacionais amplos, projetos integram aprendizagens. Aprende-se na interação professor-aluno mediada por objetos de conhecimento, na sala de aula, nos laboratórios de ensino, nas oficinas, nos espaços não formais de educação, enfim nos ambientes escolares e não escolares voltados à formação de cidadãos e profissionais. Aprende-se pelo uso dos métodos investigativos típicos da pesquisa científica e tecnológica. Aprende-se pelo uso dos métodos dialógicos e da ação em campo, nas diversas modalidades e áreas temáticas da extensão, promovendo-se simultaneamente as transformações que a sociedade requer.

As parcerias estão na raiz dessas aprendizagens. Professores e estudantes, nos ambientes de ensino e aprendizagem. Pesquisadores, estudantes e profissionais dos entes demandantes de soluções tecnológicas, nos ambientes de pesquisa aplicada voltada à inovação. Extensionistas, estudantes e comunidades demandantes de processos de transformação, nos ambientes da sociedade em que a extensão se desenvolve. Servidores públicos, estudantes, profissionais e demais cidadãos, nos habitats de empreendedorismo e inovação.

Enfim, trata-se da sociedade civil organizada que, nas suas interações e interrelações, tece ecossistemas de empreendedorismo e inovação, conjugando esforços de governos, academia e entidades dos setores econômicos para promover o desenvolvimento. Neste contexto, as instituições da Rede, qualificando-se como empreendedoras e inovadoras, são convocadas para assumir o protagonismo da busca ativa de parcerias e, assim, exercer um papel estratégico: atuar de forma incisiva na tripla hélice do desenvolvimento nacional.



HABITATS DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Os programas institucionais e os itinerários formativos que permitem a estruturação das aprendizagens focadas no mundo do trabalho, na realização de pesquisa científica e tecnológica, bem como na difusão, socialização e democratização do conhecimento oportuniza a RFEPCT cumprir com as finalidades e objetivos estabelecidos no artº 7 da Lei 11.892/2008, a saber:

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; [...]

As diversas ações de promoção da inovação em educação profissional e tecnológica que apoiam e desenvolvem as condições para a atualização curricular, a gestão de competências profissionais, a produção de materiais pedagógicos, a pesquisa aplicada e a internacionalização fortalecem os ambientes de inovação, o empreendedorismo e a extensão tecnológica na RFEPCT. São exemplos de práticas inovadoras em educação e internacionalização em EPT:

- Currículos, Métodos e Técnicas de Aprendizagem Ativa
- Disciplinas e TCC baseados em resolução de casos
- Banco de demandas do setor produtivo
- Observatórios do Mundo do Trabalho
- Workshops de Inovação Regionais e Internacional
- Competições Internacionais em EPT
- Cooperação Internacional em EPT e Gestão da Inovação
- Material pedagógico e multiplicação de conhecimentos

- Mestrados Profissionais em Rede
- Doutorados Profissionais em Rede
- Construção do Modelo Brasileiro de Capacitação Docente para a EPT
- PD&I em pequenas e médias empresas
- Fortalecimento das cadeias produtivas
- Credenciamento, acreditação e certificação de laboratórios
- Atendimento aos estudantes
- Condições de oferta de cursos
- Colaboração entre servidores
- Interação com os sistemas locais de produção
- Modernização de processos

Todas essas práticas quando realizadas como parte do processo educativo constituído sobre os pilares do ensino, pesquisa e extensão - dimensões formativas, indissociáveis e sem hierarquização – aliadas ao ecossistema de inovação externo contribuem de maneira fundamental para criação de habitats de Inovação na RFEPCT que se constituem, sobretudo, na forma de NITs, hotéis de projetos, incubadoras de empresas, polo tecnológico⁸, spin-off acadêmicos, spin-in empresariais, startups⁹ e empresas juniores.

2.1 OBJETIVOS

São objetivos gerais dos Habitats de Inovação da Rede Federal:

- Promover atividades de PD&I em cooperação com instituições parceiras, principalmente as demandantes, para gerar produtos, processos e soluções tecnológicas inovadoras;
- Contribuir para o aumento da produtividade e da competitividade dos setores econômicos brasileiros no mercado, por meio da inserção de tecnologias inovadoras em seus produtos, serviços e processos, agregando valor à suas operações e, dessa forma, contribuindo para a geração de riqueza no país e do bem estar da sua gente, contando para isso com o trabalho de apoio de grupos de pesquisa consolidados, de equipes profissionais formadas para essa abordagem de extensão tecnológica e de infraestruturas institucionais;
- Contribuir para o desenvolvimento da inovação no Brasil a partir do intercâmbio entre organizações demandantes de tecnologias, Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs), incubadoras, parques tecnológicos¹⁰, centros de excelência em

⁸ Ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

⁹ Empreendimento com personalidade jurídica em fase embrionária que conta com projetos promissores, ligados à pesquisa, desenvolvimento e inovação de produtos, processos e serviços e que demanda pouco capital de investimento inicial. Pressupõe negócios altamente escaláveis, ou seja, possuem uma expectativa de crescimento muito grande, quando dão certo, em contrapartida de um elevado risco tecnológico e comercial.

¹⁰ Complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de

pesquisa científica e tecnológica (nacionais e internacionais) e centros de PD&I das próprias organizações produtivas dos setores econômicos do país, trabalhando em rede e de forma sinérgica pelo desenvolvimento nacional;

- Promover capacitação, qualificação, formação e treinamentos de recursos humanos em competências tecnológicas e gerenciais, alcançando estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e profissionais do mercado;
- Fomentar o empreendedorismo inovador por meio da criação e do fortalecimento dos habitats de inovação.

2.2 CARACTERÍSTICAS

Os habitats de inovação se configuram de formas diversas na Rede Federal e podem ser organicamente vinculados à reitoria da instituição, aos campi, aos centros de referência, a consórcios com instituições de outras naturezas e às fundações de apoio.

Na Tabela 1 são detalhadas as características mais significativas dos principais habitats de inovação existentes na RFEPCT.

Tabela 1. Características dos principais Habitats de Inovação na Rede Federal EPCT

desenvolvimento tecnológico e de inovação, reunindo empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si.

HABITATS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	NIT OU AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	INCUBADORA DE EMPRESA E HOTEL DE PROJETOS ¹	EMPRESA JÚNIOR	SPIN-OFFs, SPIN-INS, SPIN-OUTs E START-UPS	POLO DE INOVAÇÃO ²
DEFINIÇÃO	Sector responsável pela gestão de política institucional de inovação e tendo, por competências mínimas, as atribuições previstas na Lei 10.973/2004 (Lei da Inovação)	Programa que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso	Associação civil, sem fins econômicos, constituída e gerida exclusivamente por estudantes de graduação de estabelecimentos de ensino superior; Obs.: também podem haver empresas juniores de estudantes de ensino técnico de nível médio, ou ainda mistas, mas ainda não há legislação específica sobre o tema	Empresas novas que se encontram em estado embrionário; Tem risco associado ao negócio (startups); Derivam de outras empresas e de projetos de PD&I (Spin-off); Podem residir em incubadoras, parques tecnológicos ou mesmo em centros de inovação de grandes empresas (Spin-in).	Unidade voltada ao atendimento das demandas do setor produtivo, por pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) e à formação profissional para as atividades de PD&I na indústria; Os Polos de Inovação podem estar credenciados à Embrapii
REGULAMENTAÇÃO	Resolução do Conselho Superior da Instituição, definindo sua posição no organograma, as atribuições, o funcionamento e as regras de partilha dos ativos de conhecimento passíveis de proteção pelas leis que afetam a propriedade intelectual.	Resolução do Conselho Superior da Instituição regulamentando o funcionamento; Estudo de Viabilidade Técnica e Económica (EVTE); Regimento Interno de cada núcleo de hotel de projetos ou incubadora; Outros documentos de formalização em nível de campus e centros de referência; Manuais específicos para orientar a criação de cada modalidade de Ente Jurídico (Microempreendedor Individual – MEI), Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP, associação de produtores, cooperativa, etc.)	Resolução do Conselho Superior da Instituição regulamentando as condições de criação, funcionamento e orientação de EJs nos ambientes escolares da instituição; Documentos padronizados específicos para criação de EJs	Aprovação e classificação em edital de seleção de apoio a novos empreendimentos em habitats institucionais de empreendedores e inovação.	Portaria de Credenciamento do MEC; Termo de Cooperação assinado entre o IF selecionado e a Embrapii, caso esteja credenciado por esta.

HABITATS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	NIT OU AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	INCUBADORA DE EMPRESA E HOTEL DE PROJETOS ¹	EMPRESA JÚNIOR	SPIN-OFFs, SPIN-INS, SPIN-OUTs E START-UPS	POLO DE INOVAÇÃO ²
LEGISLAÇÃO	Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016	Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016.	Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016, que regulamenta EJs de estudantes de educação superior	Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; Lei nº 13.243, de 11 de Janeiro de 2016; Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.	Portaria nº 58, de 21 de novembro de 2014; Portaria nº 37, de 29 de outubro de 2015.
VINCULAÇÃO	Geralmente, estão vinculados à Reitoria da Instituição, podendo ter viés predominante vinculado à pesquisa, à extensão ou à abordagem transversal entre ensino, pesquisa e extensão; também contemplam núcleos regionais, geralmente vinculados aos campi e centros de referência.	Podem ser vinculados à reitoria e suas pró-reitorias, geralmente de extensão e de pesquisa, aos campi e aos centros de referência.	Possuem personalidade jurídica própria e autonomia; Geralmente, estão ligadas a uma coordenação ou ao colegiado do curso, mas também podem estar vinculadas em nível mais alto da hierarquia institucional, quando são multiprofissionais; Operam sob a supervisão de um docente responsável, que, conforme a área de atuação precisa de assinatura de responsabilidade técnica de um profissional com registro em Conselho Profissional.	Estão vinculadas à incubadora de empresas, ao hotel de projetos ou a outro programa de empreendedores, mediante aprovação em edital e assinatura do termo de compromisso.	Reitoria

HABITATS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	NIT OU AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	INCUBADORA DE EMPRESA E HOTEL DE PROJETOS ¹	EMPRESA JÚNIOR	SPIN-OFFs, SPIN-INs, SPIN-OUTs E START-UPS	POLO DE INOVAÇÃO ²
MODALIDADES	Com CNPJ próprio conferido pela instituição; Sem CNPJ próprio, utilizando o da unidade de vínculo institucional; Unidade de Negócio de Fundação de apoio; unidade formada em consórcio de instituições, na forma de fundação, organização social (OS) ou organização da sociedade civil de interesse público (Oscip)	Pré-incubação e incubação interna (presencial) ou externa (à distância e/ou virtual); Apoio a negócios de base social, tecnológica e/ou cultural; Apoio a negócios tradicionais e mistos (Tradicionais + de bases social, tecnológica e cultural)	Monoprofissional; Multi-profissional	Com CNPJ; Sem CNPJ; Incubada ³ ; Pré-Incubada ⁴ ; Graduada ⁵ ; Associada.	Com CNPJ; Sem CNPJ; Em estruturação; Consolidado.
SERVIÇOS E PRODUTOS OFERECIDOS	Gestão de sistema de habitats de inovação, gestão da Propriedade (PI) Intelectual – e da Transferência de Tecnologia (TT), gestão sistêmica de serviços técnicos e tecnológicos e oferta de programas de sensibilização e de capacitação para o empreendedorismo e a inovação.	Assistência técnica, tecnológica, gerencial comercial e em captação de recursos aos empreendimentos apoiados.	Serviços de consultoria e prestação de serviços de assistência técnica e extensão na sua área de competência; Organização de eventos, missões e treinamentos para os associados e a comunidade estudantil em geral.	Oferta de produtos e serviços ao mercado, na sua área de competência.	Cooperação com empresas em projetos de PD&I voltados a tecnologias em fase pré-competitiva
FONTE DE RECURSOS	Recursos orçamentários do Instituto Federal; royalties, fomentos captados externamente via submissão de projetos (CNPq, FINEP, SEBRAE, fundações privadas, bancos de desenvolvimento, entre outros).	Taxas de residência e mensalidades; Recursos de pessoal, infraestrutura e orçamento do Instituto Federal; e fomento captado externamente via submissão de projetos (CNPq, FINEP, SEBRAE, FAPs, fundações privadas, bancos de desenvolvimento, empresas aceleradoras, entre outros).	Receita de comercialização de serviços prestados; Captação de recursos em agências de fomento; Captação de patrocinadores.	Receita de comercialização de produtos e serviços prestados; Fomento captado externamente via projetos (CNPq, FINEP, SEBRAE, FAPs, entre outros); Licenciamentos de tecnologias; e Captação de recursos diversos de investidores de risco.	Recursos orçamentários e econômicos do IF; Recursos financeiros das empresas parceiras demandantes; Recursos de subvenção da Embrapii (caso sejam credenciados)

HABITATS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	NIT OU AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	INCUBADORA DE EMPRESA E HOTEL DE PROJETOS ¹	EMPRESA JÚNIOR	SPIN-OFFs, SPIN-INs, SPIN-OUTs E START-UPS	POLO DE INOVAÇÃO ²
POTENCIAIS PARCEIROS	Associações e federações empresariais (das Indústrias, do Comércio, da Agricultura, dos Transportes, do Cooperativismo, etc.); ICTs, SEBRAE, Anprotec, Fortec, ANPEI, Rede S, fundações de apoio, entre outros.	Arranjos Produtivos Locais (APLs), governos municipais, estaduais e federal, grupos de pesquisa da instituição com potencial de criar spin-offs acadêmicos, empresas com estratégias de criação de spin-ins e spin-outs, SEBRAE, Anprotec, Endeavor, NITs e Agências de Inovação, Polos de Inovação, agências de fomento, bancos de desenvolvimento, empresas aceleradoras e empresas de capital de risco	Movimento Empresarial Júnior (MEJ), Brasil Jr, SEBRAE, Anprotec, Endeavor, NIT, Polos de Inovação, governos municipais e estaduais, organizações do terceiro setor e empresas	NITs e agências de inovação das ICTs, SEBRAE, Anprotec, Endeavor, hotéis de projetos, incubadoras de empresas, aceleradoras de empresas, parques, polos e territórios tecnológicos, empresas de capital de risco, bancos e fundos de investimento, Anjos do Brasil, bancos de desenvolvimento, FINEP e CNPq.	Embrapii, MCTI, MEC, fundações de apoio, NITs e agências de inovação, empresas industriais de todos os portes, Unidades Embrapii, Federações das Indústrias, FAPs, SEBRAE, bancos de desenvolvimento, outras ICTs e profissionais do mercado.
PESSOAL	Coordenação de NIT, diretor de agência de inovação, servidores técnico-administrativos do IF, bolsistas e pessoal terceirizado em administração, contabilidade, valoração econômica de ativos intangíveis e assessoria jurídica entre outros.	Equipes institucionais de gestão, comunicação e marketing, pessoal próprio, terceirizado e bolsistas de administração e gerenciamento de projetos.	A depender do porte e da área de atuação, podendo contar com diretores, gerências temáticas (produção, finanças, comunicação e marketing, administração de projetos) e equipes executoras, todos assistidos por professor (es)-orientador (es).	A depender do porte e da área de atuação, podendo contar com diretoria (eleita ou não pelos pares), com cargos de presidente, vice-presidente, diretor financeiro, diretor de projetos e diretor de marketing e vendas, além de conselho de administração, bolsistas, estagiários e pessoal terceirizado.	Direção geral, gestor de prospecção e negócios, gestor de projetos, gestor administrativo-financeiro, gestor de pessoal, gestor de programa de formação, corpo de pesquisadores, corpo técnico-administrativo, corpo técnico-laboratorial, bolsistas de pesquisa e de apoio, estagiários, pessoal terceirizado e pessoal das empresas parceiras.

HABITATS DE INOVAÇÃO CARACTERÍSTICAS	NIT OU AGÊNCIA DE INOVAÇÃO	INCUBADORA DE EMPRESA E HOTEL DE PROJETOS ¹	EMPRESA JÚNIOR	SPIN-OFFs, SPIN-INS, SPIN-OUTs E START-UPS	POLO DE INOVAÇÃO ²
INFRAESTRUTURA	Escritório de gestão, salas de atendimento aos pesquisadores e extensionistas e sala de reuniões; espaços de co-working; incubadoras; secretaria e assessorias; sistemas informatizados de gestão.	Escritório de gestão; espaços individuais e compartilhados de pré-incubação e incubação; sala de reuniões e mini-auditório, secretaria, espaço de co-working e espaço de convivência e networking; sistemas informatizados de gestão.	Espaço cedido pela Instituição de Ensino Superior; A necessidade de espaço vai depender do porte e da área de atuação, podendo conter escritório de gestão, sala de reuniões e co-working; sistemas informatizados de gestão; veículos.	Espaço adequado às atividades empresariais iniciantes, cedido pelo Instituto Federal mediante taxas de residência com valores atrativos; Sistemas informatizados de gestão.	Escritório de gestão; sala de atendimento; sala de reuniões; sala de treinamentos; secretaria executiva; sistemas informatizados de gestão; laboratórios diversos; veículos.



RELACIONAMENTO COM OS ATORES EXTERNOS

3.1 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DEMANDANTES

São consideradas instituições parceiras demandantes as instituições colaboradoras que se configurem como entes de governo da administração direta e autarquias, empresas públicas ou privadas, fundações públicas ou privadas que apoiem projetos de desenvolvimento social e econômico, excetuando-se fundações de apoio caracterizadas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, associações produtivas ou com finalidade de desenvolvimento social, cooperativas de trabalho ou de produção, associações e sindicatos de trabalhadores e de empresas, enfim, qualquer entidade juridicamente constituída e que demande por soluções de problemas reais do setores produtivos público e privado e obrigatoriamente tenham participação financeira e/ou econômica no financiamento do projeto de PD&I, de extensão tecnológica ou de oferta de habitats de empreendedorismo e inovação.

Instituições de Ensino Superior (IES), ICTs, Instituições de Educação Profissional e Tecnológica (IEPT) e outras instituições que colaborem com o desenvolvimento do projeto e/ou programa de pesquisa e/ou de extensão, e que não sejam demandantes dos mesmos, não são consideradas instituições parceiras demandantes.

Sugere-se a participação de pelo menos uma instituição parceira demandante nos projetos desenvolvidos pelo Instituto Federal. Para isso, cada IF precisa se organizar para cultivar e manter relacionamentos com os diversos setores da sociedade e com suas organizações.

O fluxograma do estabelecimento de parcerias está explicitado no item 4.6 deste documento.

3.2 FUNDAÇÃO DE APOIO¹¹

As fundações de apoio visam dar suporte a programas e projetos de PD&I, de desenvolvimento institucional, de extensão e de oferta de habitats de empreendedorismo e inovação. Dedicam-se, portanto, a facilitar os mecanismos de execução de projetos cooperados, especialmente o gerenciamento de contas de projetos, criando condições mais propícias para que as instituições apoiadas estabeleçam relações de cooperação com o ambiente externo¹.

Como os setores econômicos e produtivos são importantes parceiros dos Institutos Federais, a segurança jurídica e a confiança nas relações de cooperação são fatores críticos para o sucesso dos empreendimentos conjuntos. Isto requer um esforço sistemático dos IF em criar regulamentos e em capacitar seus servidores para relações de cooperação com entes externos. Dentre estes, são fundamentais os processos que tramitam entre os IFs e as fundações de apoio, para que facilitem a realização ágil, segura e confiável dos acordos de cooperação.

No âmbito das instituições da RFEPECT, a fundação de apoio pode realizar a gestão e a execução contábil dos projetos cooperados. Seu papel é fundamental para garantir o equilíbrio financeiro e a manutenção da credibilidade e transparência das atividades de apoio ao ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação. A agilidade nos processos de aquisição e nas contratações de bolsistas e de terceiros, visando manter os cronogramas inicialmente definidos e a gestão financeira dos projetos, facilita o bom andamento das atividades operacionais e gera credibilidade da instituição junto aos parceiros.

Os Institutos Federais e demais instituições da Rede podem firmar convênios com organizações da sociedade para a execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, a serem realizados em suas instalações escolares, laboratórios e habitats de inovação, ou no ambiente social e produtivo. Esses acordos, baseados em interesses comuns, podem ser intermediados com fundações de apoio próprias ou vinculadas à outra instituição, desde que sejam credenciadas junto ao MEC e que a parceria tenha parecer favorável da procuradoria jurídica da instituição, considerando, principalmente, os Decretos Federais nº 8.240 e 8.241, ambos de 22 de maio de 2014.

¹¹ Fundação pública de direito privado que apoia programas e projetos voltados ao desenvolvimento institucional do ente público apoiado, dentre eles, projetos de PD&I, de extensão e de estímulo ao empreendedorismo e à inovação; para atuar no interesse das ICTs, a fundação de apoio deve estar registrada e credenciada no Ministério da Educação (MEC) e/ou no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), nos termos da Lei nº8.958, de 20 de dezembro de 1994, e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal.

As fundações de apoio são instrumentos fundamentais das parcerias, especialmente quando a execução de seu objetivo envolve repasses financeiros. Elas fornecem segurança jurídica na gestão de recursos financeiros de terceiros, garantida por conta bancária exclusiva de cada projeto, menor burocracia e maior agilidade para a execução de compras, pagamento de bolsas e contratação de serviços, quando os recursos são provenientes de fontes não públicas, possibilidade de manter recursos em aplicações financeiras, enquanto não são utilizados, e prestação de contas com maior ênfase no alcance dos resultados do que no controle dos meios.

Por diversas razões, muitas instituições da Rede ainda não dispõem de fundação de apoio própria. Por isso, recomenda-se que façam uso das fundações vinculadas às instituições da Rede que já as possuem e que se disponham a colaborar. Nesses casos, deve-se dar preferência às fundações de apoio que sejam acessadas mediante acordo de cooperação entre as instituições da Rede, especialmente pela oportunidade de formar equipes de projetos com profissionais e estudantes de ambas as instituições, fortalecendo a cultura de trabalhar em rede.

A utilização de fundação de apoio de outras instituições deve ser uma etapa de preparação para a constituição da própria fundação, por meio da transferência de know how nessas parcerias evitando a dependência permanente de fundações de terceiros.

A constituição de Fundação de apoio representa um esforço de desenvolvimento institucional para formação de parcerias mais avançadas nas Instituições da RFEPECT.

3.3 EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA INDUSTRIAL E INOVAÇÃO (EMBRAPII)

A Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII) tem por missão apoiar instituições de pesquisa tecnológica, selecionadas em áreas de competência específicas, para que executem projetos de PD&I em cooperação com empresas do setor industrial. Atualmente, existem cinco unidades dos Institutos Federais credenciadas pela Embrapii. Elas se tornaram referências em inovação da Rede, contribuindo com sua experiência para disseminar uma nova cultura de trabalho por meio de parcerias, baseada na busca ativa de projetos e na busca de excelência operacional. Estas unidades são chamadas Polos Embrapii Instituto Federal (PEIF), estabelecidas nos seguintes campi da Rede e respectivas competências tecnológicas:

- Polo de Inovação Campos dos Goytacazes, no Instituto Federal Fluminense (IFF) – Monitoramento e Instrumentação para o Meio Ambiente;
- Polo de Inovação Formiga, no Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) – Sistemas Automotivos Inteligentes;
- Polo de Inovação Fortaleza, no Instituto Federal do Ceará (IFCE) – Sistemas Embar-

cados e Mobilidade Digital;

- Polo de Inovação Salvador, no Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Equipamentos Médicos;
- Polo de Inovação Vitória, no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Metalurgia e Materiais.

A EMBRAPII se relaciona com os Polos de Inovação através do repasse de recursos financeiros de subvenção a projetos de PD&I, depositados exclusivamente em fundações de apoio e mediante rigorosas regras de utilização, exigindo-se principalmente contrapartidas financeiras das empresas parceiras nos projetos captados e contrapartidas econômicas do IF. Em apoio aos PEIF, a entidade oferece apoio institucional, manuais de referência operacional e capacitações aos gestores dos polos.

Os PEIF são selecionados em chamada pública nacional, mediante a submissão de um Plano de Ação¹² que, após avaliado e ajustado, é homologado junto à EMBRAPII. A assinatura do Termo de Cooperação com a entidade estabelece metas bem definidas, a serem cumpridas durante o período de credenciamento, condição necessária para obter futuro recredenciamento. Assim, os PEIF buscam prospectar e captar parcerias com o setor produtivo, fundamentadas na construção de relações de cooperação. A credibilidade decorrente do atingimento efetivo de metas e do cumprimento de regras e prazos deve ser sua marca na sociedade. Neste sentido, é de extrema relevância o sucesso dos PEIF, pois refletem a capacidade das instituições da RFEPCT de contribuir para o desenvolvimento da produtividade e da competitividade da indústria brasileira.

As orientações que regem o funcionamento dos PEIF constam em documentos próprios disponibilizados no link <http://embrapii.org.br/categoria/manuais/>. Estes documentos também guiam as ações de instituições da Rede que ainda não constituíram seus polos de inovação. Esta nova ambiência institucional, de fato, se estabelece pelo acúmulo de parcerias e de projetos implementados, que podem ser financiados de diversas maneiras. O credenciamento EMBRAPII é apenas uma dessas possibilidades.

3.4 AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO, AGÊNCIAS DE FOMENTO E AFINS

Para a realização de projetos de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de operação de habitats de empreendedorismo e de inovação, as instituições da Rede podem contar com o apoio de diversas agências de cooperação, de fomento e afins. As agências de cooperação são geralmente vinculadas a governos de outros países e atuam na mediação de acordos entre as instituições da Rede e suas congêneres internacionais. A cooperação

¹² Define as ações a serem tomadas após coleta e análise de dados, que possibilitem a elaboração de um planejamento estratégico com ações de curto, médio e longo prazo; O plano de ação deve atender às demandas de inovação tecnológica de uma cadeia produtiva em área estratégica; O plano de ação pode conter os possíveis Projetos de PD&I, que serão contratados/conveniados com instituições associadas e executados por um centro de apoio à inovação.

internacional serve normalmente para se estabelecer benchmarks e para a capacitação e transferência de know how. Neste sentido, a Setec vem proporcionando à Rede diversas parcerias com instituições do Canadá, Finlândia, Austrália, etc.

As agências de fomento, públicas e privadas, são a principal fonte de amparo financeiro a projetos de pesquisa e de extensão das instituições da Rede. Como seu processo de seleção é geralmente mediante editais de chamadas públicas de projetos, contribuem também para desenvolver a competência competitiva das equipes institucionais.

Muitas agências de fomento realizam chamadas de pesquisa aplicada e de extensão tecnológica, exigindo que os proponentes tragam um parceiro da sociedade. Há aquelas que também fazem chamadas de apoio à inovação nas empresas, que podem ter a opção de se associar a uma ICT, oportunidade a que as instituições da Rede devem estar atentas.

Um das mais importantes agências de fomento e capacitação empresarial do Brasil é o Sebrae, que oferece programas como Sebraetec e Sebrae Up, com oportunidades de estabelecer parcerias com as instituições da Rede para o objetivo de apoiar as micro e pequenas empresas. Essa abordagem de extensão tecnológica é especialmente importante para se ganhar experiência em parcerias com empresas, por meio de pequenos projetos.

Há também entidades de fomento afins, tais como os bancos de desenvolvimento regional, as fundações de grandes empresas, os fundos de investimento, entre outros.

3.5 LEIS DE INCENTIVOS FISCAIS À INOVAÇÃO E CLÁUSULAS DE P&D DE REGULAMENTOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Há no Brasil um conjunto significativo de leis federais e, em alguns casos, estaduais e municipais, que oferecem incentivos fiscais às atividades de pesquisa, extensão e inovação. Instrumentos como a Lei do Bem e Lei da Informática oferecem incentivos fiscais às empresas que desenvolvem projetos de PD&I, com a opção de cooperar com ICT.

Os setores regulados da economia também viabilizam recursos para as atividades de PD&I. As oportunidades estão nos regulamentos das agências reguladoras, que contêm as chamadas “cláusulas de P&D”, que obrigam as empresas reguladas a aplicar uma parte de sua receita bruta em projetos de PD&I, inclusive em parcerias com ICT.

Ainda são poucas as instituições da Rede que se utilizam desses instrumentos de incentivo. Para acessá-los, é preciso capacitar pesquisadores, extensionistas e pessoal técnico-administrativo, pois cada modalidade de apoio tem suas peculiaridades. Além disso, as fundações de apoio precisam estar bem estruturadas para facilitar a captação dessas modalidades de incentivo, que requerem uma certa especialização.

3.6 LABORATÓRIOS RECONHECIDOS E ACREDITADOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E TECNOLÓGICOS

A utilização de laboratórios institucionais em atividades de prestação de serviços técnicos e tecnológicos é uma das formas mais imediatas de se estabelecer relacionamentos de colaboração com os arranjos produtivos locais. Essas relações acabam por evoluir para a facilitação da captação de projetos de PD&I e para viabilizar os produtos e processos desenvolvidos por empreendedores pré-incubados e incubados.

Os laboratórios das instituições da Rede podem ampliar seu potencial de favorecer o desenvolvimento local e regional quanto mais forem alinhados com os padrões industriais. Para isso, buscar o reconhecimento por redes metrológicas regionais e a acreditação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) passa a ser um objetivo a ser buscado, pois isto fortalece os ambientes de extensão tecnológica. Laboratórios com essas credenciais podem calibrar instrumentos e realizar testes de materiais e produtos, inclusive para a sua certificação segundo normas específicas, o que viabiliza acesso diferenciado a mercados. Quando esses mesmos laboratórios são utilizados para a pesquisa, os resultados são mais confiáveis, devido ao nível de exigência quanto à calibração de equipamentos e ao cumprimento de rigorosos procedimentos de normas técnicas.

Laboratórios reconhecidos e acreditados são também ambientes de formação profissional inigualável. Eles favorecem a interação entre a comunidade institucional e o meio empresarial, exigindo alto nível de profissionalização dos servidores da instituição e, assim, repercutindo na qualidade da formação proporcionada aos estudantes pelos cursos. A cultura da qualidade é um dos aspectos mais valiosos desses ambientes.



4

PROGRAMA DE GESTÃO DE PD&I, EXTENSÃO TECNOLÓGICA E EMPREENDEDORISMO INOVADOR NA RFEPECT

Ao promover e acompanhar as iniciativas de fortalecimento da cultura de empreendedorismo e de apoio à inovação na Rede Federal, a SETEC/MEC idealizou um Programa de Gestão de PD&I, de Extensão Tecnológica e de Habitats de Empreendedorismo e Inovação nos Institutos Federais. O programa consiste na indução de práticas gerenciais e da utilização de ferramentas de gestão, por meio da oferta de capacitações e de diretrizes, bem como na incorporação de competências de gestão. O objetivo é viabilizar a execução, em escalas crescentes, de ações de PD&I, de extensão tecnológica e de apoio ao empreendedorismo e à inovação pelas unidades da RFEPECT, mesmo naquelas mais distantes dos grandes centros urbanos.

O objetivo do Programa é promover a estruturação e a consolidação das atividades de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de apoio ao empreendedorismo e à inovação por meio da oferta de instrumentos facilitadores de parcerias com entes demandantes da sociedade. As demandas prioritizadas serão aquelas destinadas ao desenvolvimento de serviços, produtos e processos tecnológicos. Para isso, as instituições da Rede que adotarem o programa deverão disponibilizar pesquisadores, extensionistas, estudantes e servidores técnico-administrativos bem como seus laboratórios para, com foco na solução de problemas reais decorrentes de demandas da sociedade, promover o desenvolvimento científico e tecnológico local e regional.

A Figura 1 mostra os potenciais atores envolvidos no Programa, assim como aponta suas formas de participação.



Figura 1. Sistematização do Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador

Os projetos de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de habitats de empreendedorismo e inovação no âmbito do Programa devem focar no atendimento às demandas locais e regionais.

O financiamento dos projetos cooperados de pesquisa aplicada, o apoio a negócios de base tecnológica e os volumes de recursos captados por meio de extensão tecnológica poderá ocorrer por diferentes fontes que estão exemplificadas na parte superior da figura 1. Tais recursos podem ser gerenciados via Fundação de Apoio ou alocados diretamente por meio de agências de fomento e editais de apoio da SETEC/MEC e FAPs.

A participação de estudantes nos projetos é prioridade e deve ser tratada como condicionante irrevogável nos termos dos instrumentos de parceria com as entidades demandantes. Os projetos devem integrar estudantes de diferentes níveis educacionais e diferentes cursos em suas equipes executoras, sempre que possível. Deste modo, o Programa abrange e impacta as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos Institutos Federais, integrando-as por meio da pedagogia de projetos e, assim, promove a sua indisso-

ciabilidade.

Outro aspecto importante do modelo é a realização de parcerias com outras instituições da Rede, ICTs e entidades representativas dos setores produtivos e do ecossistema de empreendedorismo.

Na sistematização é possível observar como esse conjunto de ações promove a efetivação de projetos de PD&I, a extensão tecnológica e os possíveis resultados decorrentes das parcerias evidenciadas, por exemplo, pela formação de pessoas e pela criação de novos negócios de base tecnológica.

4.1 OBJETIVOS

São objetivos do Programa Indutor, conforme ilustrado na Figura 2:

- Fortalecer o desenvolvimento de projetos de PD&I e de extensão tecnológica com foco na solução de problemas reais da sociedade e dos setores econômicos;
- Capacitar pessoal por meio de projetos de PD&I e de extensão tecnológica;
- Consolidar a oferta de serviços tecnológicos e de apoio ao empreendedorismo e à inovação;
- Estimular a formação de redes de cooperação intercampi, entre as instituições da Rede e destas com outras ICT e entidades dos setores econômicos e da sociedade;
- Estimular o empreendedorismo inovador por meio da oferta de habitats institucionais que facilitem a criação de novos negócios de base tecnológica, social e cultural.



Figura 2. Objetivos do Programa Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador

4.2 COMPONENTES

O Programa se constitui de 4 grandes componentes que buscam aproveitar a expertise da instituição e explorar as oportunidades externas, sobretudo, as oferecidas por meio da política de inovação do Governo Federal, das chamadas de apoio SETEC/MEC e de todo o ecossistema de inovação e empreendedorismo existente.

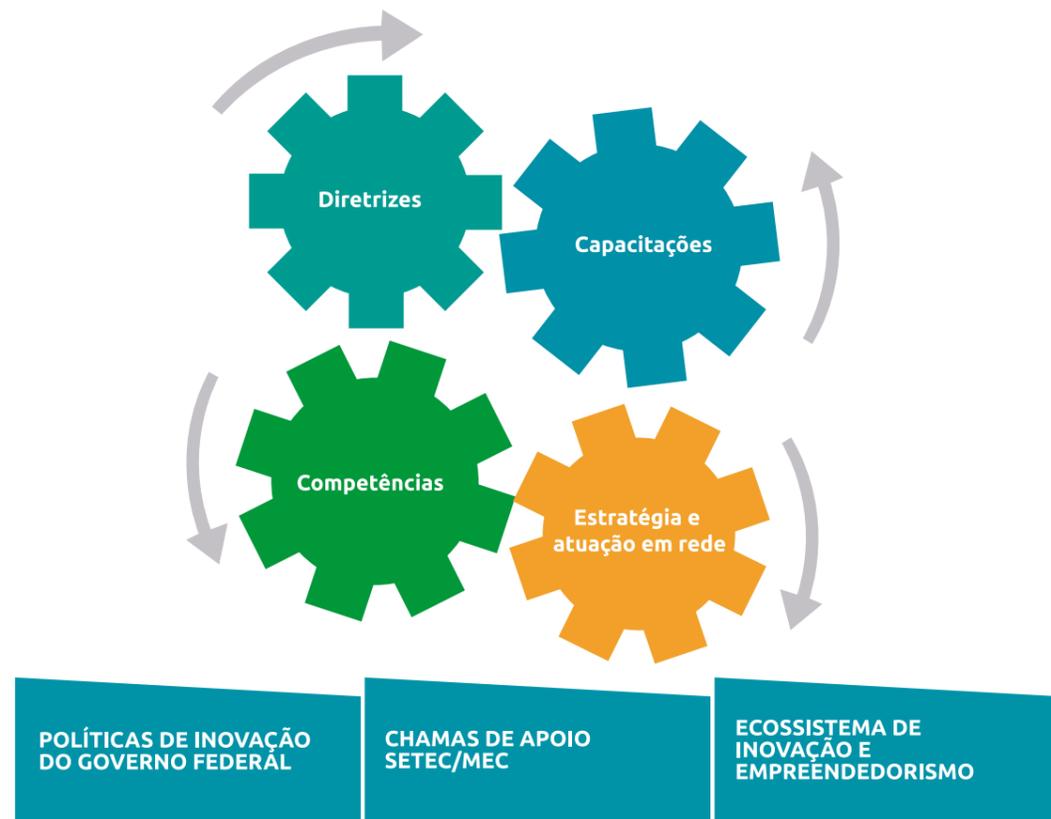


Figura 3. Componentes do Programa Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador

Por meio da formulação de diretrizes, desenvolvimento de competências, capacitações e do Sistema de Gerenciamento de Projetos e Controle de Bolsas, o Programa oferece condições para que a instituição amplie sua capacidade de gestão de projetos e aumente

- Diretrizes: são todos os manuais, formulários, guias, entre outros documentos que apoiam a execução das atividades do Programa Indutor.
- Competências: componente extremamente importante para o funcionamento do programa uma vez que define os papéis a serem desempenhados. As competências de gestão de projetos, gestão de prospecção e comunicação, gestão de PI e TT, gestão de contratos e convênios, gestão de desenvolvimento de negócios e gestão de formação de pessoas podem ser desempenhadas por profissionais da instituição ou colaboradores externos por meio de bolsas, carga horária destinada a execução do programa, programa de estágios, entre outros. Quando o programa prevê a utilização de bolsas, sua implementação deverá ser realizada pelo Sistema de Gestão e Controle de Projetos e Bolsas, conforme a Portaria MEC N° 58, de 21 de novembro de 2014, que regulamenta a concessão de bolsas nos Institutos Federais.
- Estratégia e atuação em rede: Trata-se da adoção de ferramentas de compartilhamento e gerenciamento de expertises e conhecimentos tais como sistemas de ges-

tão, participação em Redes e fóruns sobre gestão da inovação e empreendedorismo inovador.

- Capacitações: Visam habilitar servidores na execução de atividades relacionadas ao Programa Indutor. A programação de capacitações deverá levar em consideração o nível em gestão de PD&I, extensão tecnológica e empreendedorismo bem como as expertises e competências dos recursos humanos da instituição.

4.3 OPERACIONALIZAÇÃO

O Programa se orienta pela lógica de adequação das capacidades de pesquisa aplicada e extensão tecnológica das instituições. Admite, portanto, uma escala relativa de maturidade, dependente do propósito e do contexto de cada instituição, respeitando as diversidades existentes entre estas.

A implementação do Programa Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador nas instituições da RFEPECT ocorre por meio do desenvolvimento de competências gerenciais, de capacitações e da oferta de diretrizes referenciais que vão nortear a gestão das atividades visadas. Diante da realidade heterogênea da RFEPECT, o Programa propõe 3 modalidades de indução que estão condicionadas a um diagnóstico prévio da experiência e do volume de projetos cooperados de pesquisa aplicada, de extensão tecnológica e de habitats de empreendedorismo e inovação da instituição executora.

A realização do diagnóstico é de extrema importância para o sucesso do programa uma vez que visa conhecer a realidade de cada Instituição permitindo o dimensionamento das capacitações, da produção de documentos norteadores, bem como da necessidade de parcerias a serem firmadas e, sobretudo das competências requeridas dos recursos humanos integrantes do programa. Ao realizar o diagnóstico por meio dos indicadores acima, é possível enquadrar a instituição em 3 estágios de gestão de PD&I, extensão tecnológica e empreendedorismo: básico, intermediário e avançado.

4.4 ORGANIZAÇÃO

O Programa, em sua modalidade Avançada, possui seis competências a serem desempenhadas- gestão de projetos; gestão de prospecção e comunicação; gestão de PI e TT; gestão de contratos e convênios; gestão de desenvolvimento de negócios; e gestão de formação de pessoas.

Considerando os níveis em que cada instituição se encontra, as competências deverão ser desenvolvidas para atender as demandas de projetos cooperados de PD&I, de extensão tecnológica e de empreendedorismo.

A organização da estrutura do Programa é detalhada na Figura 5, a seguir:

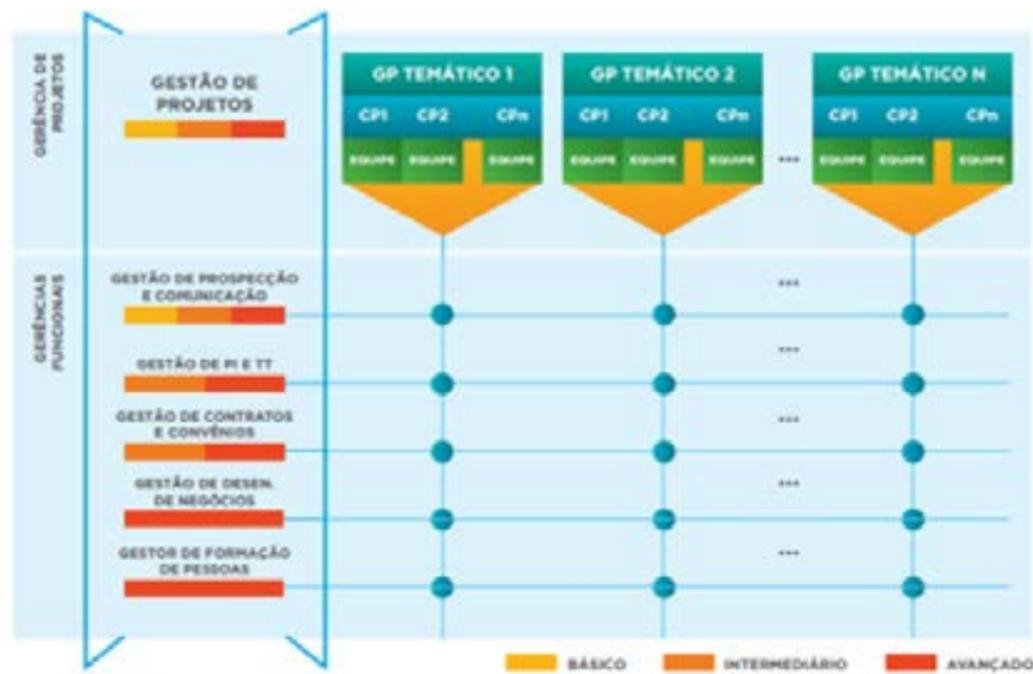


Figura 4. Estrutura Organizacional do Programa Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador

A estrutura apresentada acima conta com grupos de pesquisas temáticos (GP) compostos por projetos independentes com equipes de desenvolvimento e um coordenador. Os profissionais que integram o Programa deverão desenvolver as seguintes competências para garantir que a Instituição amplie seus índices de Gestão de PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo:

- Gestão de Projetos: compreende atribuições de cadastro de documentações técnicas, acompanhamento de entregáveis, relacionamento com empresas, uso do Sistema de Gestão e Controle de Projetos e Bolsas;
- Gestão de Prospecção e Comunicação: compreende atribuições de captação de novos projetos, divulgação de competências do IF e organização de eventos voltados para inovação.
- Gestão de PI e TT: compreende atribuições de negociação e gerenciamento das PIs e dos licenciamentos oriundos dos projetos em parceria.
- Gestão de Contratos e Convênios: compreende atribuições de organização e acompanhamento da execução dos contratos e convênios.
- Gestão de Desenvolvimento de novos negócios: compreende atribuições de promoção e suporte à criação de novos negócios originados dos projetos em parcerias.
- Gestão de Formação de Pessoas: compreende atribuições de organização das ações de integração das atividades de PD&I, de extensão tecnológica e de habitats de empreendedorismo e inovação com o ensino, a pesquisa e a extensão das instituições da Rede, além de promoção do treinamento específico para as atividades relacionadas à inovação.

A necessidade de competências aumenta de acordo com o estágio de gestão de

PD&I, extensão tecnológica e empreendedorismo identificado no diagnóstico. Quando mais desenvolvida a cultura de inovação na instituição mais competências são requeridas. Para as instituições em estágio inicial faz-se necessário o desempenho das competências de gestão de projetos e gestão de prospecção e comunicação com intuito de criar portfolios, aumentar a demanda por parcerias e institucionalizar o processo de prospecção e de gestão de projetos.

Para as instituições em estágio intermediário, além das competências requeridas no estágio inicial, adiciona-se a gestão de PI e TT e a gestão de contratos de convênios visando dar celeridade e segurança as questões contratuais e legais dos processos de parcerias contratos. Por fim, as instituições em estágio avançado que possuem índices altos de gestão de PD&I, extensão tecnológica e empreendedorismo, o programa prevê a necessidade de todas as competências do programa, de modo que nestas instituições, o ecossistema é favorável ao desenvolvimento de novos negócios de base tecnológica e a formação de pessoas em Inovação em todos os níveis e modalidades ofertados na Instituição.

É importante destacar que além do dimensionamento das competências necessárias, o estágio indica também o pacote de diretrizes, documentos e capacitações a serem ofertadas.

4.5 PLANO DE TRABALHO

As atividades do programa para o horizonte de doze meses deverão constar em Plano de Ação elaborado pela equipe contendo:

- Plano de prospecção, captação, negociação e contratação de projetos de PD&I, de extensão tecnológica e de oferta de habitats de empreendedorismo e inovação: estratégias de prospecção; proposta de eventos de divulgação a serem realizados; participações em eventos de divulgação técnico-científica, feiras de negócios, visitas técnicas, etc.; mapa contendo quantidade e qualidade (segmentação) de potenciais entidades demandantes a serem prospectadas; meta de quantidade de projetos a serem contratados; descrição de estratégias de captação de projetos; descrição de estratégias de captação de recursos para o financiamento dos projetos em negociação, preferencialmente setorializadas pela utilização de incentivos fiscais, tais como Lei de Informática, Lei do Bem e/ou incentivos de Fundos Setoriais, ou mais amplos, como os que oferecem recursos por meio de editais de agências governamentais; detalhamento da política de propriedade intelectual a ser utilizada nas negociações com as empresas; descrição e desenho dos fluxos internos de contratação de projetos e a relação com a fundação de apoio a ser utilizada (caso não haja fundação própria, deve ser priorizada a contratação da fundação de apoio de outra instituição da Rede).
- Plano de gestão de projetos: descrição de estratégias de gestão de cada projeto contratado, incluindo: a valoração das contrapartidas econômicas da instituição da Rede; definição de valores negociados de direitos PI e conexos; formas de auditoria externa e controle do parceiro demandante; acompanhamento das documentações contábeis e técnicas geradas; acompanhamento dos produtos previstos; plano contingencial acerca de possíveis atrasos e indisponibilidade tecnológica; formas de rela-

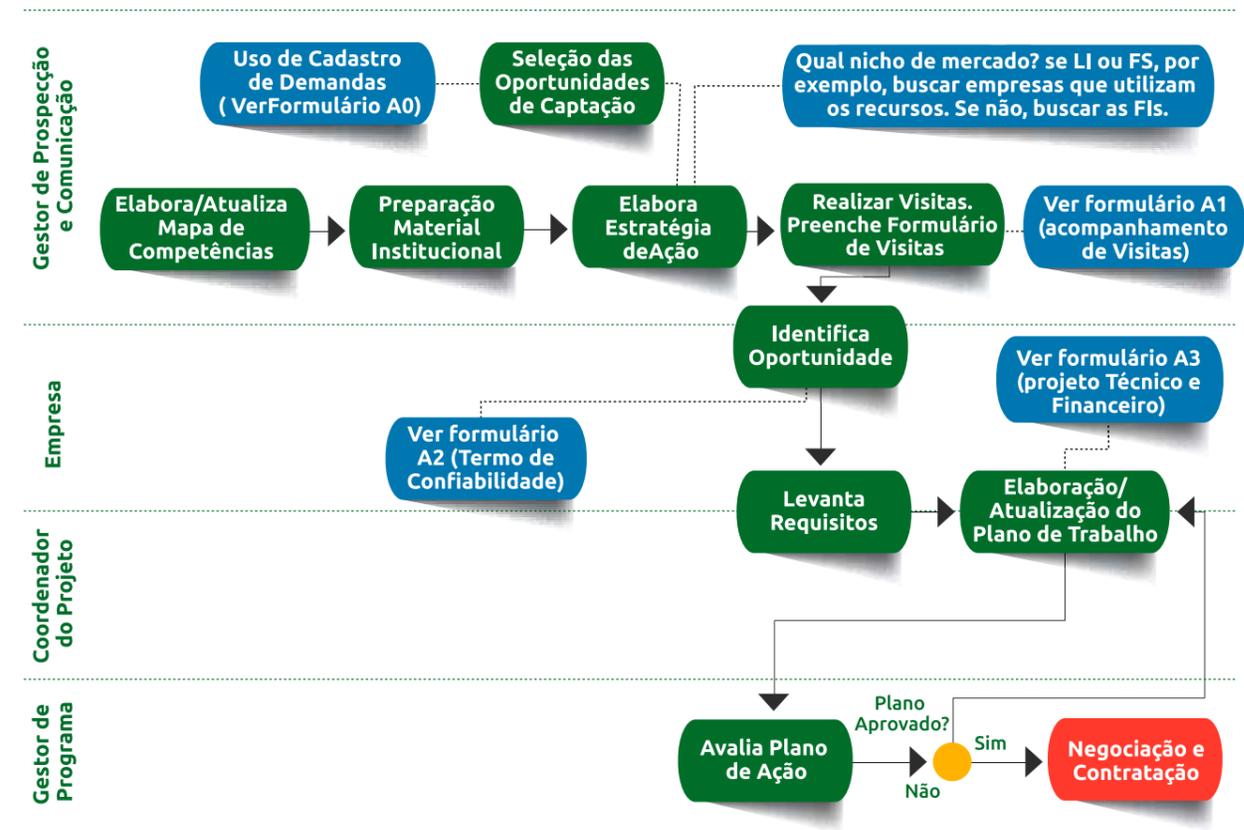
cionamento com as empresas; técnicas de gestão de projetos (PMBOK, Agile, SCRUM, UML, entre outras); além de apontar indicadores para a relação de produtos e/ou serviços previstos versus realizados.

- Programa de Formação e de Recursos Humanos (PFRH): descrição das articulações entre os projetos de PD&I cooperados, de extensão tecnológica e de gestão de habitats de empreendedorismo e inovação com as ações de ensino, pesquisa e extensão da instituição da Rede, incluindo: subprogramas de formação de RH em gestão da inovação e de projetos de PD&I para os participantes de projetos e demais estudantes; subprogramas para a capacitação de equipes de laboratórios reconhecidos por redes metrológicas regionais e acreditados pelo Inmetro; subprogramas de capacitação de gestores de hotéis de projetos, incubadoras, polos de inovação e parques tecnológicos; criação de disciplinas de empreendedorismo, de gerenciamento de projetos e de gestão da inovação nos cursos regulares da instituição, com conteúdos voltados às áreas de atuação; ações de mobilização, apoio e divulgação da cultura da inovação nos ambientes das instituições da Rede, tais como palestras, workshops, feiras tecnológicas, etc.; interação com as incubadoras de empresas e os programas de educação em empreendedorismo de outras organizações públicas e privadas; levantamento da quantidade de alunos, servidores e profissionais de entidades parceiras capacitados.

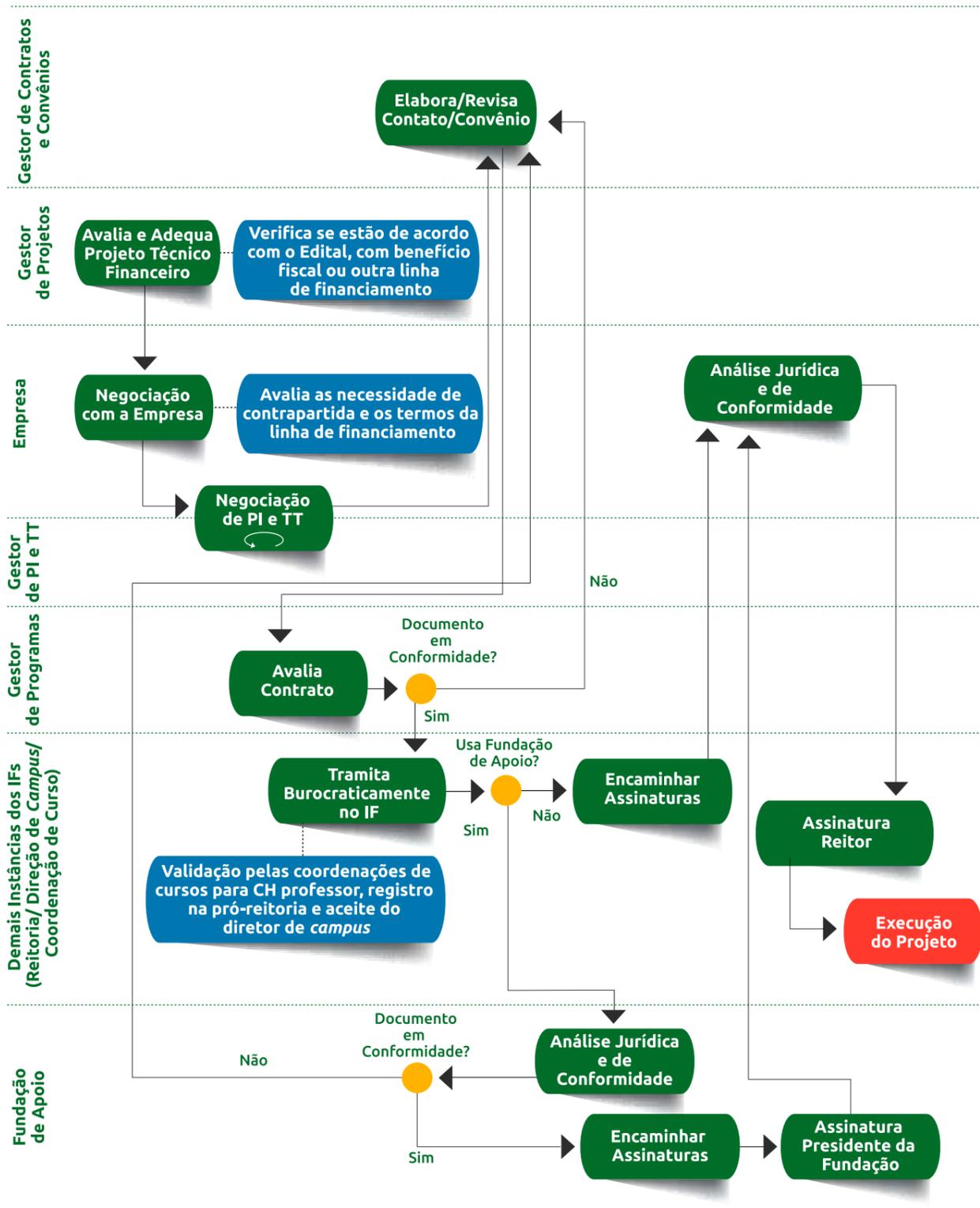
4.6 FLUXOS

Os Fluxos apresentados abaixo orientam os processos de operacionalização do Plano de Ação. Cada instituição deverá adequar os fluxos a sua realidade objetivando simplificar a prospecção e gestão de projetos, resguardando, no entanto, a segurança jurídica e legal dos procedimentos.

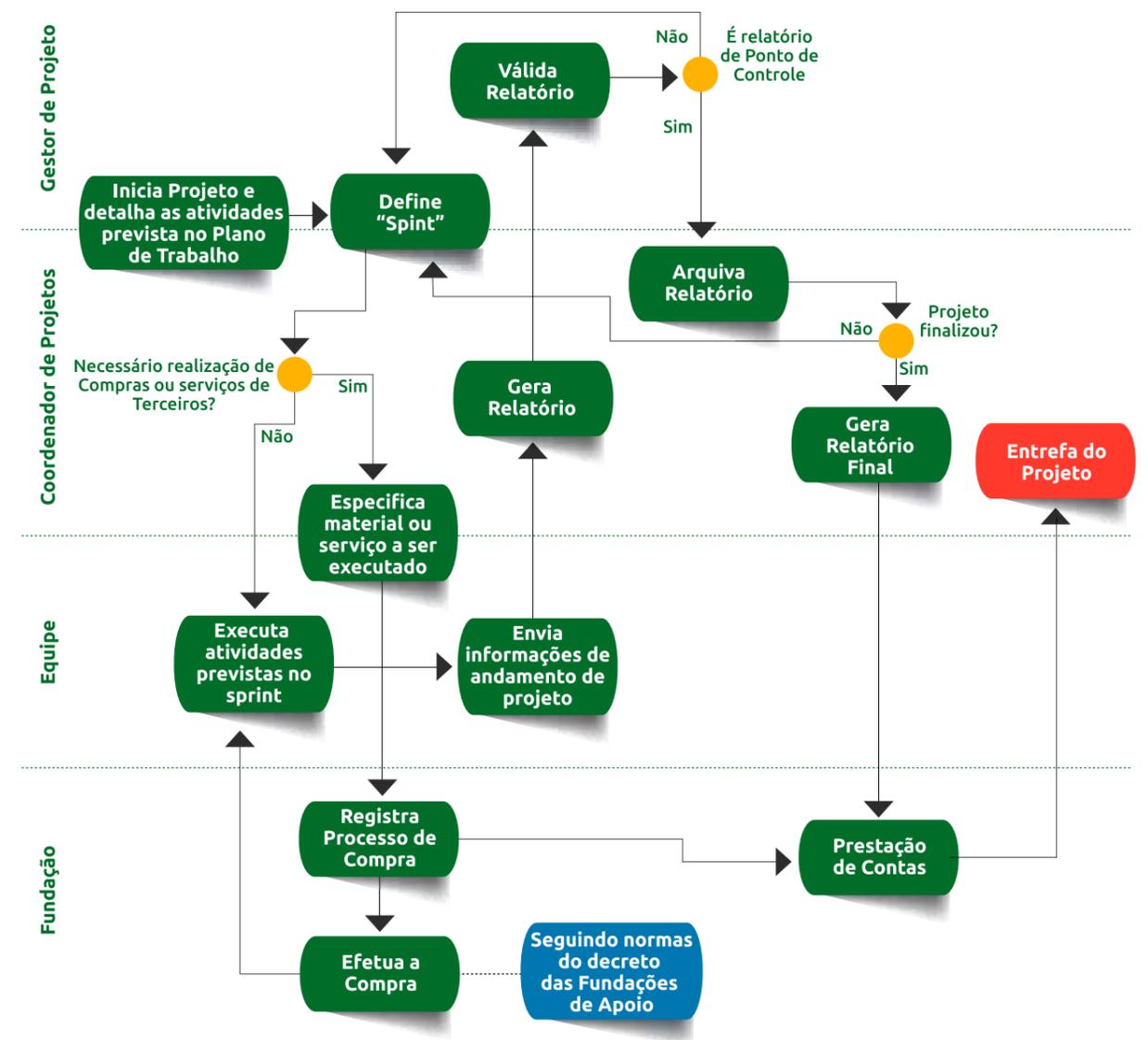
4.6.1 Fluxo do processo de prospecção de Projetos de PD&I



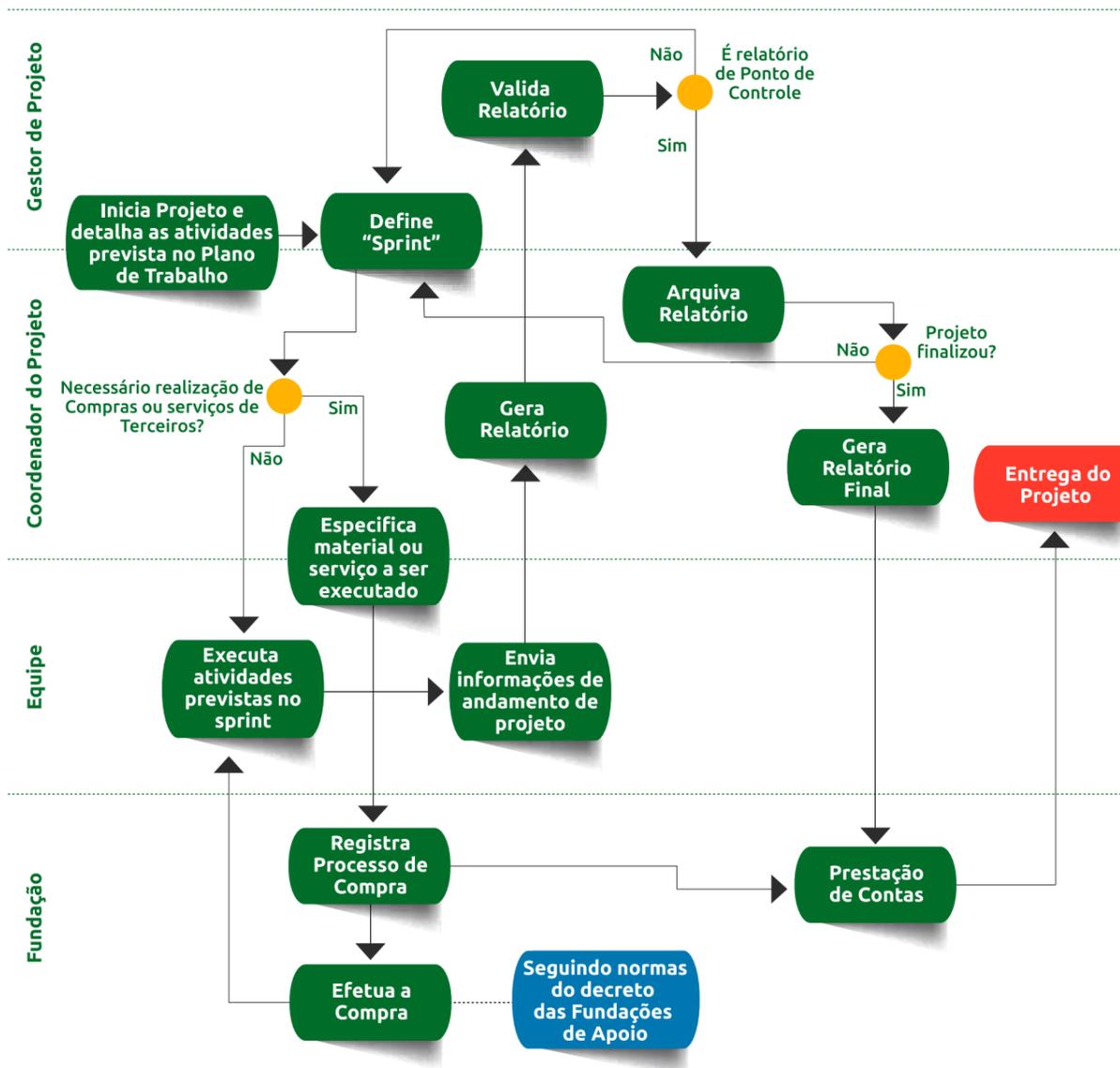
4.6.2 Fluxo do processo de Negociação e Contratação



4.6.3 Fluxo do processo de execução de projetos de PD&I



4.6.4 Fluxo do processo de entrega de projetos de PD&I



4.7 Acompanhamento e avaliação

Para a avaliação e o acompanhamento do Programa Programa de Gestão em PD&I, Extensão Tecnológica e Empreendedorismo Inovador, a instituição da Rede deve criar um grupo, considerando os seus servidores, que avalie os resultados alcançados, conforme formato já utilizado para prestação de contas desse porte. Neste grupo, não deverão ser incluídos servidores ligados diretamente às atividades do Programa Indutor.

A esse grupo permanente poderão ser acrescentados consultores ad hoc, selecionados na própria Rede Federal ou nas instituições parceiras, sejam demandantes ou não, com base na experiência técnica, influência e capacidade de liderança de arranjos inovado-

res promotores do desenvolvimento objetivado para as instituições da Rede.

A avaliação deve ser conduzida considerando indicadores de desempenho pré-estabelecidos, enfatizando mais o diagnóstico de situação em comparação à situação anterior e a perspectiva de evolução planejada, do que simples juízos momentâneos de valor.

Os insumos necessários ao desenvolvimento das atividades cotidianas no âmbito do Programa são:

- Planejamento Estratégico e seu decorrente Plano de Ação, com horizonte de médio a longo prazo;
- Infraestrutura própria e de parceiros na área de competência (aquisição e manutenção de edificações, redes digitais, escritório de gestão, sistemas de gestão informatizados, laboratórios, equipamentos, veículos, serviços terceirizados, etc.);
- Recursos humanos, bolsistas de programas institucionais e de agências de fomento, pessoal terceirizado e pessoal de parceiros na área de competência;
- Capacitações na forma da oferta de programas que viabilizem o desenvolvimento das competências de pesquisadores, técnicos e estudantes bem como dos profissionais das entidades parceiras;
- Valoração e apropriação nos projetos de PD&I dos recursos de contrapartida institucional (econômica, na forma de capital intelectual, apontamento de horas trabalhadas dos profissionais e dos estudantes, amortização de equipamentos utilizados, custeio de despesas operacionais, pagamento de taxas e emolumentos requeridos para a proteção e gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia, etc.) e de parceiros (econômica e financeira);
- Protocolos de trabalho institucionalizados (plano de comunicação, estratégias e orientações para a prospecção e a negociação de projetos, planilhas e formulários padronizados, modelos de contratos e convênios, cláusulas padronizadas para contratos e convênios, análise de riscos, mapas de processos, roteiros de trabalho, procedimentos operacionais padrão – POPs, regras de interação com Reitoria, regras de interação com NIT, regras de interação IF-Fundação de apoio-Entidade parceira, etc.); e
- Documentos de referências institucionais (regimentos internos, políticas, manuais, normas, regulamentos e programas), com ênfase especial na institucionalização das seguintes condições: a) edital de chamamento interno para a captação de pesquisadores e de pessoal de apoio; b) atribuição de carga horária de trabalho funcional suficiente aos servidores vinculados; c) critérios de produtividade dos pesquisadores e do pessoal de apoio; d) regras para credenciamento e descredenciamento de pesquisadores e pessoal de apoio; e) tabela de bolsas atrativas e flexíveis; e f) orientações para a participação, dos pesquisadores e dos estudantes nos resultados das tecnologias transferidas.

Os processos de trabalho das instituições da Rede contemplam a aplicação dos Sistemas de Excelência Operacional Embrapii, ao qual, no Programa, acrescenta-se um processo adicional:

- Prospecção de projetos institucionalizada (busca ativa pelos pesquisadores, visitas técnicas, participação em eventos, etc.);
- Elaboração de propostas técnicas;

- Negociação de contratos e convênios (com assistência contábil e jurídica);
- Gerenciamento de projetos;
- Execução de projetos (processo de interação Instituição-Fundação de apoio-Entidade parceira);
- Gestão de programas e portfólios de PD&I, de extensão tecnológica e de habitats de empreendedorismo e inovação;
- Gestão da propriedade intelectual e da transferência de tecnologia (processos próprios ou acesso aos serviços de Núcleo de Inovação Tecnológica da instituição);
- Comunicação institucional (sítio na internet e material publicitário que permita dar visibilidade para as ações, sensibilizar a comunidade institucional para a atração de pesquisadores e estudantes, atrair parceiros na sociedade, fortalecer a marca, etc.); e
- Marketing de relacionamento (processo acrescentado, visando à manutenção do relacionamento com os parceiros, posteriormente à finalização e entrega dos resultados de projetos).

No longo prazo, esta metodologia de avaliação e acompanhamento visa enraizar competências no desenvolvimento de projetos de PD&I cooperados, de extensão tecnológica e da oferta de habitats de empreendedorismo e inovação em todos os campi da RFEPECT.

Qualidade e eficácia dos projetos serão avaliadas ao final do processo de indução, permitindo a apreciação do cumprimento do Plano de Ação. O alcance das metas, a satisfação das instituições parceiras demandantes e as inovações implementadas nas organizações e na sociedade serão os alvos dessa etapa. Ao final, a avaliação qualitativa verifica-se os impactos das atividades desenvolvidas pela instituição da Rede para o desenvolvimento local, regional e nacional bem como para o seu próprio desenvolvimento institucional.



5

DEFINIÇÃO

5.

Agência de fomento: órgão ou entidade de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos a execução de ações que visem estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação.

Bônus tecnológicoⁱⁱ: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento do compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de legislação e regulamento específico.

Criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores.

Criadorⁱⁱ: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação.

Empresa inovadora: pessoa jurídica que tem a base de seus negócios dominada por suas inovações de produtos, processos ou serviços, resultados da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos combinados com conhecimentos empíricos e gerenciais.

Empresa júnior: entidade organizada sob a forma de associação civil devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e com estatuto registrado no respectivo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, constituída de estudantes matriculados em curso(s) de graduação oferecido(s) por instituição de ensino superior, com o intuito de realizar projetos e oferecer serviços que contribuam para o desenvolvimento do país e que oportunizem a formação de profissionais capacitados e comprometidos com esse objetivo.

Incubadora de empreendimentos – IE: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empreendimentos formalizados, que podem ser empresas, cooperativas, associações, entidades do terceiro setor, entidades culturais, etc.; conforme a área de atuação, as IE podem ser de empresas, sociais, culturais, de economia criativa, de projetos, etc.; conforme o tipo de mercado focado, as IE podem ser de negócios tradicionais, de base tecnológica, de base social, de base cultural e mistas.

Incubadora de empresas de base tecnológicaⁱⁱ – IEBT: organização independente ou estrutura de uma organização multifuncional que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação tecnológica.

Inovação incremental: reflete pequenas melhorias contínuas em produtos ou em linhas de produtos; Geralmente, representam pequenos avanços nos benefícios percebidos pelo consumidor e não modificam de forma expressiva a forma como o produto é consumido ou, antes disso, o modelo de negócio.

Inovação radical ou disruptiva: inovação que causa um impacto significativo em um mercado e na atividade econômica das empresas que atuam nesse contexto. Representa uma mudança drástica na maneira que o produto ou serviço é consumido; Geralmente, traz um novo paradigma ao segmento de mercado, modificando o modelo de negócios vigente; Inovações radicais engendram rupturas mais intensas.

Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICTⁱⁱⁱ: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos.

Inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.

Pesquisador públicoⁱⁱ: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Polo de Inovação Tecnológica: unidade especializada da estrutura organizacional administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), que se dedica a atividades de PD&I.

Polo tecnológicoⁱⁱ: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias.

Projeto de PD&I: projeto de pesquisa aplicada atrelado a um plano de negócio, voltado ao desenvolvimento de solução(ões) tecnológica(s) para o atendimento de uma demanda proveniente de encadeamento(s) produtivo(s), geralmente desenvolvido por ICT, quando mobilizada para tal, contribuindo na fase pré-competitiva da tecnologia; Ao ser levada ao mercado e absorvida como inovação no meio social e econômico, poderá vir a contribuir para a competitividade de uma organização com fins econômicos e, de maneira sistêmica, para a competitividade da economia brasileira.

Spin-in empresarial: empresa spin-off iniciada com capital semente investido por empresa-mãe, geralmente financiando projetos de PD&I de ex-funcionários, passível de por esta ser readquirida após algum tempo, em função dos resultados obtidos no processo de inovação que motivou sua criação; é comum que a empresa spin-in utilize os serviços de uma incubadora de empresas; é comum que empresas graduadas em incubadoras criem uma spin-in para manter relacionamentos em ambientes de startups, geralmente iniciando novos desafios tecnológicos;

Spin-out empresarial: empresa spin-off iniciada a partir da reestruturação de uma empresa maior, quando algumas de suas partes ou divisões são desmembradas para criar uma nova empresa; geralmente, recebe capital e parte da infraestrutura e pessoal como investimento da empresa-mãe; geralmente é destinada a desenvolver uma carreira própria e, normalmente, vindo a compor parte de uma holding, isto é, empresa controladora de outras empresas; a empresa spin-out pode ou não vir a necessitar do apoio de uma incubadora, dependendo do seu porte e da natureza do seu negócio; se o negócio for de base tecnológica, é possível que a empresa spin-out busque apoio de uma incubadora; empresas graduadas em incubadoras eventualmente dão origem a spin-outs, seja como

estratégia de criar uma holding, seja por necessidade de recomposição societária, especialmente em caso de ser investida com capitais de risco;

Spin-off: termo em inglês utilizado para descrever uma nova empresa que nasceu a partir de um grupo de pesquisa e desenvolvimento de uma empresa, universidade ou centro de pesquisa público ou privado, normalmente com o objetivo de explorar um novo produto ou serviço de alta tecnologia; é comum que se estabeleçam em incubadoras de empresas ou em áreas de concentração de empresas de alta tecnologia, tais como polos e parques tecnológicos.

Spin-off universitário ou acadêmico: negócio de base tecnológica originado dos resultados de pesquisa aplicada e criado por pesquisadores e estudantes oriundos do meio acadêmico, podendo ou não contar com sócios de outros setores da sociedade.

CADASTRO DE IPD PARA PROJETOS COLABORATIVOS (FORM A0)

1. DADOS PARA CONTATO

Nome da Instituição Parceira demandante – IPD	Data:
Nome do Responsável pelo Contato e Cargo:	Cargo:
E-mail:	Telefone:
Website:	

2. INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO PARCEIRA DEMANDANTE – IPD

A empresa possui atuação em (Estado ou Região de atuação do IF)?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Tipo de Negócio:		
<input type="checkbox"/> Privado <input type="checkbox"/> Filantrópico <input type="checkbox"/> Empresa Pública <input type="checkbox"/> Sem fins lucrativos <input type="checkbox"/> Governo/Instituição Pública		
<input type="checkbox"/> Cooperativas/associações <input type="checkbox"/> Outras: _____		
Número de Funcionários:		
Há algum tipo de relacionamento ou grau de parentesco entre o(s) proprietário(s) / gestor(es) da empresa e qualquer funcionário do IF?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
Se a resposta for sim, Qual?		
Breve descrição da IPD: Indicar produtos e serviços, mercado, etc. (máx. 250 palavras).		

Número de anos de atuação no negócio:

0 a 1 ano 1-2 anos 3-5 anos 5 a 10 anos 10 anos ou mais

A IPD objetiva:

Solucionar um problema crítico Satisfazer uma demanda específica
 Melhorar uma aplicação existente Desenvolver novo produto ou serviço

Áreas de demanda por soluções:

<input type="checkbox"/> Automobilística;	<input type="checkbox"/> Aeroespacial e Defesa;	<input type="checkbox"/> Metal-mecânica;	<input type="checkbox"/> Tecnologia Assistiva;
<input type="checkbox"/> Turismo e Hospitalidade;	<input type="checkbox"/> Calçados;	<input type="checkbox"/> Mineração;	<input type="checkbox"/> Tecnologias Educacionais;
<input type="checkbox"/> Biotecnologia;	<input type="checkbox"/> Agropecuária;	<input type="checkbox"/> Nanotecnologia;	<input type="checkbox"/> Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
<input type="checkbox"/> Energia;	<input type="checkbox"/> Construção Civil;	<input type="checkbox"/> Petróleo e gás;	<input type="checkbox"/> Tecnologias para Sustentabilidade;
<input type="checkbox"/> Web Design	<input type="checkbox"/> Energia Renovável	<input type="checkbox"/> Pesca e Aquicultura;	
<input type="checkbox"/> Indústria Naval;	<input type="checkbox"/> Alimentos;	<input type="checkbox"/> Energia Nuclear;	
<input type="checkbox"/> Negócios e Gestão:	<input type="checkbox"/> Economia Criativa;	<input type="checkbox"/> Têxtil/Vestuário.	
<input type="checkbox"/> Outros _____			

Descreva as principais demandas tecnológicas da IPD:(máx. 250 palavras).

Especifique as atividades a serem desenvolvidas:

Design de engenharia Pesquisa aplicada de produto e processo Certificação
 Desenvolvimento de tecnologia Teste de produto Prova de conceito
 Projeto piloto e demonstrativo Solução de problema (Prestação de serviços)
 Outras: _____

Prazo aproximado para o projeto proposto:

Menos de 6 meses de 6 meses a 1 ano 18 meses 2 anos

A empresa possui projetos de P,D&I em andamento?

Sim Quais _____
 Não

A empresa possui parcerias com outras instituições?

Sim Quais _____
 Não

Como a empresa tomou conhecimento da possibilidade de parceria com o Instituto Federal?

Internet Mídia Impressa Participação em eventos Outras empresas IF
 Outros _____

Sugestões quanto a este questionário. _____

PROPOSTA DE PROJETOS COLABORATIVOS COM INSTITUIÇÃO PARCEIRA DEMANDANTE – IPD (FORM A1)

1. DADOS PARA CONTATO

Nome da Instituição Parceira demandante – IPD		Data:	
Nome do Responsável pelo Contato e Cargo:		Cargo:	
E-mail:		Telefone:	
Website:			

2. INFORMAÇÕES SOBRE A INSTITUIÇÃO PARCEIRA DEMANDANTE – IPD

A empresa possui atuação em (Estado ou Região de atuação do IF)? Sim Não

Tipo de Negócio:

Privado Filantrópico Empresa Pública Sem fins lucrativos Governo/Instituição Pública

Cooperativas/associações Outras: _____

Número de Funcionários:

Há algum tipo de relacionamento ou grau de parentesco entre o(s) proprietário(s) / gestor(es) da empresa e qualquer funcionário do IF? Sim Não

Se a resposta for sim, Qual?

Breve descrição da IPD: Indicar produtos e serviços, mercado, etc. (máx. 250 palavras).

Número de anos de atuação no negócio:

0 a 1 ano 1-2 anos 3-5 anos 5 a 10 anos 10 anos ou mais

Título do Projeto:

Justificativa para o projeto

Solucionar um problema crítico Satisfazer uma demanda específica
 Melhorar uma aplicação existente Desenvolver novo produto ou serviço

Áreas de demanda por soluções:

<input type="checkbox"/> Automobilística;	<input type="checkbox"/> Aeroespacial e Defesa;	<input type="checkbox"/> Metal-mecânica;	<input type="checkbox"/> Tecnologia Assistiva;
<input type="checkbox"/> Turismo e Hospitalidade;	<input type="checkbox"/> Calçados;	<input type="checkbox"/> Mineração;	<input type="checkbox"/> Tecnologias Educacionais;
<input type="checkbox"/> Biotecnologia;	<input type="checkbox"/> Agropecuária;	<input type="checkbox"/> Nanotecnologia;	<input type="checkbox"/> Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
<input type="checkbox"/> Energia;	<input type="checkbox"/> Construção Civil;	<input type="checkbox"/> Petróleo e gás;	<input type="checkbox"/> Tecnologias para Sustentabilidade;
<input type="checkbox"/> Web Design	<input type="checkbox"/> Energia Renovável	<input type="checkbox"/> Pesca e Aquicultura;	
<input type="checkbox"/> Indústria Naval;	<input type="checkbox"/> Alimentos;	<input type="checkbox"/> Energia Nuclear;	
<input type="checkbox"/> Negócios e Gestão:	<input type="checkbox"/> Economia Criativa;	<input type="checkbox"/> Têxtil/Vestuário.	
<input type="checkbox"/> Outros			

Resumo: Descreva a motivação desta proposta, bem como os objetivos e benefícios gerais decorrentes do desenvolvimento do projeto (máx. 250 palavras).

Especifique as atividades a serem desenvolvidas:

Design de engenharia Pesquisa aplicada de produto e processo Certificação
 Desenvolvimento de tecnologia Teste de produto Prova de conceito
 Projeto piloto e demonstrativo Solução de problema (Prestação de serviços)
 Outras: _____

Prazo aproximado para o projeto proposto:

Menos de 6 meses de 6 meses a 1 ano 18 meses 2 anos

Experiência: Descreva o histórico do projeto e o status de desenvolvimento, incluindo propriedade intelectual já estabelecida (máx. 250 palavras).

O projeto tem um objetivo comercial específico?

Sim Qual? _____
 Não

A empresa já comercializou algum produto?

Sim Não Mais de um

Tipo de Negócio:

Privado Filantrópico Empresa Pública Sem fins Lucrativos Governo/Instituição Pública

Potencial de comercialização: Descrever a análise comercial e de mercado utilizada para avaliar essa oportunidade (máx. 250 palavras).

Clique aqui para digitar texto.

Tipo de contrapartida da empresa:

Financeira Econômica Ambas

Orçamento total aproximado:

R\$

Descrição detalhada da contrapartida da empresa (i.e.: pessoas, equipamentos, material, etc.).

Clique aqui para digitar texto.

Expertise e infraestrutura do IF: descreva que recursos ou assistência a empresa demanda do Instituto Federal (máx. 100 palavras).

Concluído o projeto, pretende-se: (Máx. 100 palavras).

Produzir e comercializar Comercializar Proteger Licenciar Incubar

Acredita-se que a empresa criará empregos como resultado deste projeto? Sim Não

Se respondeu "sim" na questão anterior, assinale quantos empregos você acredita que serão criados pela sua Empresa, como resultado deste projeto.

1-2 3-5 5-10 + de 10

Acredita-se que a empresa criará oferta de bolsas e estágios como resultado deste projeto? Sim Não

Se respondeu "sim" na questão anterior, assinale quantas vagas de bolsas e estágios podem ser ofertadas pela sua Empresa, como resultado deste projeto.

1-2 3-5 5-10 + de 10

Por favor anexe documentação complementar que auxilie a análise durante o processo de avaliação de sua proposta de projeto.

Local:

Data:

PARTE 3 - PROPOSTA DE PLANO DE TRABALHO

Descreva os integrantes da equipe do projeto, incluindo: o cargo, a área de especialização e a função no projeto (de cada integrante).

Plano de Trabalho

FASE/ENTREGÁVEL	TAREFAS	RESPONSÁVEL	CARGA HORÁRIA	RESULTADOS ESPERADOS
Relatório Parcial	<ul style="list-style-type: none"> Relatório técnico Apresentação parcial Formulário de acompanhamento da contrapartida econômica 	<ul style="list-style-type: none"> Equipe de pesquisa Equipe de pesquisa Empresa parceira 		

Relatório Final	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório técnico • Apresentação final • Formulário de acompanhamento da contrapartida econômica • Pôster com resultado da pesquisa Editorial do projeto 	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe de pesquisa • Equipe de pesquisa • Empresa parceira • Assistentes de pesquisa • Departamento de pesquisa do IF 		
-----------------	--	---	--	--

PARTE 4 - ORÇAMENTO PROPOSTO PARA O PROJETO

CATEGORIA	1º ANO	2º ANO	TOTAL
A. Despesas com Pessoal.			
Pesquisadores			
Estudantes (Pesquisador Assistente)			
Técnicos			
Coordenação			
Subtotal			
B. Despesas Operacionais			
Material e suprimentos			
Equipamentos			
Viagens (Diretamente relacionadas com os entregáveis e resultados)			
Consultorias, despesas laboratoriais, etc.			
Marketing do projeto			
Patente			
Subtotal (B. Despesas Operacionais)			
Outras despesas			
TOTALIZAÇÃO			

FEEDBACK- VISITA DE PROSPECÇÃO DE DEMANDAS (FORM A1-1)

PROJETO /

A empresa:

Prezado S.r.(a) _____, em ____/____/____
o Instituto Federal _____ visitou esta empresa para fins de identificação de oportunidades de melhoria de produtos, processos e serviços.

Áreas de especialização requerida:

- | | | | |
|---|---|---|--|
| <input type="checkbox"/> Automobilística; | <input type="checkbox"/> Aeroespacial e Defesa; | <input type="checkbox"/> Metal-mecânica; | <input type="checkbox"/> Tecnologia Assistiva; |
| <input type="checkbox"/> Turismo e Hospitalidade; | <input type="checkbox"/> Calçados; | <input type="checkbox"/> Mineração; | <input type="checkbox"/> Tecnologias Educacionais; |
| <input type="checkbox"/> Biotecnologia; | <input type="checkbox"/> Agropecuária; | <input type="checkbox"/> Nanotecnologia; | <input type="checkbox"/> Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); |
| <input type="checkbox"/> Energia; | <input type="checkbox"/> Construção Civil; | <input type="checkbox"/> Petróleo e gás; | <input type="checkbox"/> Tecnologias para Sustentabilidade; |
| <input type="checkbox"/> Web Design | <input type="checkbox"/> Energia Renovável | <input type="checkbox"/> Pesca e Aquicultura; | |
| <input type="checkbox"/> Indústria Naval; | <input type="checkbox"/> Alimentos; | <input type="checkbox"/> Energia Nuclear; | |
| <input type="checkbox"/> Gestão e Negócios | <input type="checkbox"/> Economia Criativa; | <input type="checkbox"/> Têxtil/Vestuário. | |
| <input type="checkbox"/> Outros _____ | | | |

Tipo de Demanda identificada:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Solucionar um problema crítico | <input type="checkbox"/> Satisfazer uma demanda específica |
| <input type="checkbox"/> Melhorar uma aplicação existente | <input type="checkbox"/> Desenvolver novo produto ou serviço |

Descrever as demandas por soluções, gargalos e pontos críticos encontrados durante a visita:

PARECER

O Instituto possui capacidade Técnica para atender a demanda identificada?

Sim Não*

* Justificativa

Especifique as atividades a serem desenvolvidas:

- Design de engenharia Pesquisa aplicada de produto e processo Desenvolvimento de tecnologia
 Teste de produto Certificação Prova de conceito
 Projeto piloto e demonstrativo Solução de problema (Prestação de serviços)

Prazo para envio de proposta de Encomenda Tecnológica: _____.

 Gestor de Programa
 DEMANDA TECNOLÓGICA

_____, ____ de _____ de 20 ____

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

(FORM A2)

Esta Declaração estará efetiva a partir de _____, _____ de 20 _____

Este Acordo de Confidencialidade é celebrado entre _____ (Membro do Departamento de Pesquisa do Instituto Federal _____) e _____ (Representante do Parceiro Demandante) da _____.

DEFINIÇÕES

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

Significa toda e qualquer informação pertencente à Indústria Parceira ou para a qual esta parte tem direitos relacionados com a condução de seu negócio empresarial, cuja divulgação resultaria em desvantagem comercial e/ou industrial. Informações confidenciais podem incluir, sem limitação, dados sobre clientes, estratégias de preços, preços obtidos de fornecedores; listas de empregados ou nomes de funcionários individuais, informações financeiras; invenções, melhorias e outros direitos de propriedade intelectual; segredos comerciais; know-how do Parceiro demandante; projetos, processos ou fórmulas, materiais ou aparelhos, métodos, estratégias de negócio, dados de pesquisa e desenvolvimento, resultados ou produtos; software ou programas; mercado ou informações de vendas ou planos; listas de clientes; planos de negócios; perspectivas e oportunidades (como possível aquisições ou alienações de negócios) que foram discutidas ou consideradas relevantes pela representação do Parceiro demandante. Os resultados da investigação aplicada desenvolvida pela Equipe de Pesquisa do Instituto Federal XXX, nos termos do Acordo de Colaboração para participar do Projeto XXXXXXXXXXXXXXXX, é uma informação confidencial de propriedade do Parceiro demandante.

TERMOS E CONDIÇÕES

CONFIDENCIALIDADE

Por meio deste Acordo de Confidencialidade o membro da equipe de pesquisa do Instituto Federal XXX concorda em desenvolver relação de confiança com o Parceiro demandante citado em epígrafe. O membro da equipe de pesquisa do Instituto Federal XXX concorda que, durante e após o seu período de trabalho com o IF, não divulgará ou comunicará qualquer informação confidencial relativa ao projeto e não usará qualquer informação confidencial para o benefício próprio ou de terceiros que não sejam estritamente autorizados pelo Parceiro demandante em epígrafe. As informações sob a luz deste Acordo não são de domínio público e portanto são consideradas confidenciais, até que seja autorizado pelo Parceiro demandante. O membro da Equipe de Pesquisa entregará imediatamente todas as cópias de qualquer informação confidencial, mediante pedido do Parceiro demandante ou do Instituto Federal XXX durante o desenvolvimento da pesquisa ou após o término do Projeto.

PROJETO TÉCNICO FINANCEIRO

(FORMULÁRIO A3)

DEMANDA TECNOLÓGICA

Projeto Técnico Financeiro

<nome do projeto, Arial negrito tamanho 14>

Instituição de execução do projeto:

Coordenador:

Equipe colaboradora:

Industria Parceira Demandante

1. DADOS GERAIS DO PROJETO E DA EMPRESA PROPONENTE (INSTITUIÇÃO DE EXECUÇÃO DO PROJETO)

Título do Projeto	
Instituição de Execução do Projeto	
Homepage da Instituição de Execução do Projeto	
Nome do Coordenador do Projeto	
Área Temática	
Lista das Instituições Parceiras Demandantes	

2. OBJETIVO

2.2. GERAL

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3. JUSTIFICATIVA

4. SUMARIO EXECUTIVO

5. PLANO DE AÇÃO

5.1 Estruturas Analítica do Projeto (EAP) – Dicionário da EAP

5.2 Cronograma Base do Projeto

DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Acordo deve ser conduzido em consonância com a legislação federal brasileira pertinente.

- As obrigações dos membros das equipes de pesquisa do IF XXX, no âmbito deste Acordo, devem ser obedecidas mesmo após a conclusão do Projeto de Pesquisa, ainda que haja o desligamento de determinado membro no decorrer do projeto.
- As obrigações e direitos dos membros das equipes de pesquisa do IF XXX consignadas para este projeto não poderão ser designadas a terceiros.
- Este Acordo de Confidencialidade não pode ser aditado, rescindido, suplantado ou cancelado exceto que haja instrumento escrito e assinado pelos representantes do Departamento de Pesquisa do IF XXX, do Parceiro demandante e da equipe de pesquisa do IF XXX. Nenhum termo deste Acordo pode ser dispensado, a não ser que haja instrumento escrito e assinado pelas partes, apresentando conformidade com a eventuais renúncias.
- Este Instrumento constitui concordância integral entre as Partes, com relação aos assuntos abordados neste Acordo, e substitui todos os Acordos anteriores eventualmente firmados entre as partes sobre tais assuntos.
- A assinatura do membro da Equipe de Pesquisa abaixo indica sua compreensão e aceitação do presente Acordo e reconhecimento de que nada contido neste deverá ser considerado para alterar ou modificar a natureza de sua concordância em participar do presente Projeto de Pesquisa Colaborativa.

MEMBRO DA EQUIPE DE PESQUISA	PARCEIRO DEMANDANTE	TESTEMUNHA:
IF		DEPTO. PESQUISADO IF
Nome:	Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:	Cargo:
Departamento:	Empresa:	Depto de Pesquisa do IF
Telefone:	Telefone:	Telefone:
E-mail:	E-mail:	E-mail:
Assinatura	Assinatura	Assinatura
Data: / /20	Data: / /20	Data: / /20

5.3 Recursos Humanos Envolvidos e Responsáveis pelo projeto

5.4 Cronograma Financeiro

6. RESULTADOS E IMPACTOS ESPERADOS

7. HISTÓRICO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

8. PESQUISADORES E INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

9. INFRAESTRUTURA FÍSICA E COMPETÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

10. BOLSAS SOLICITADAS

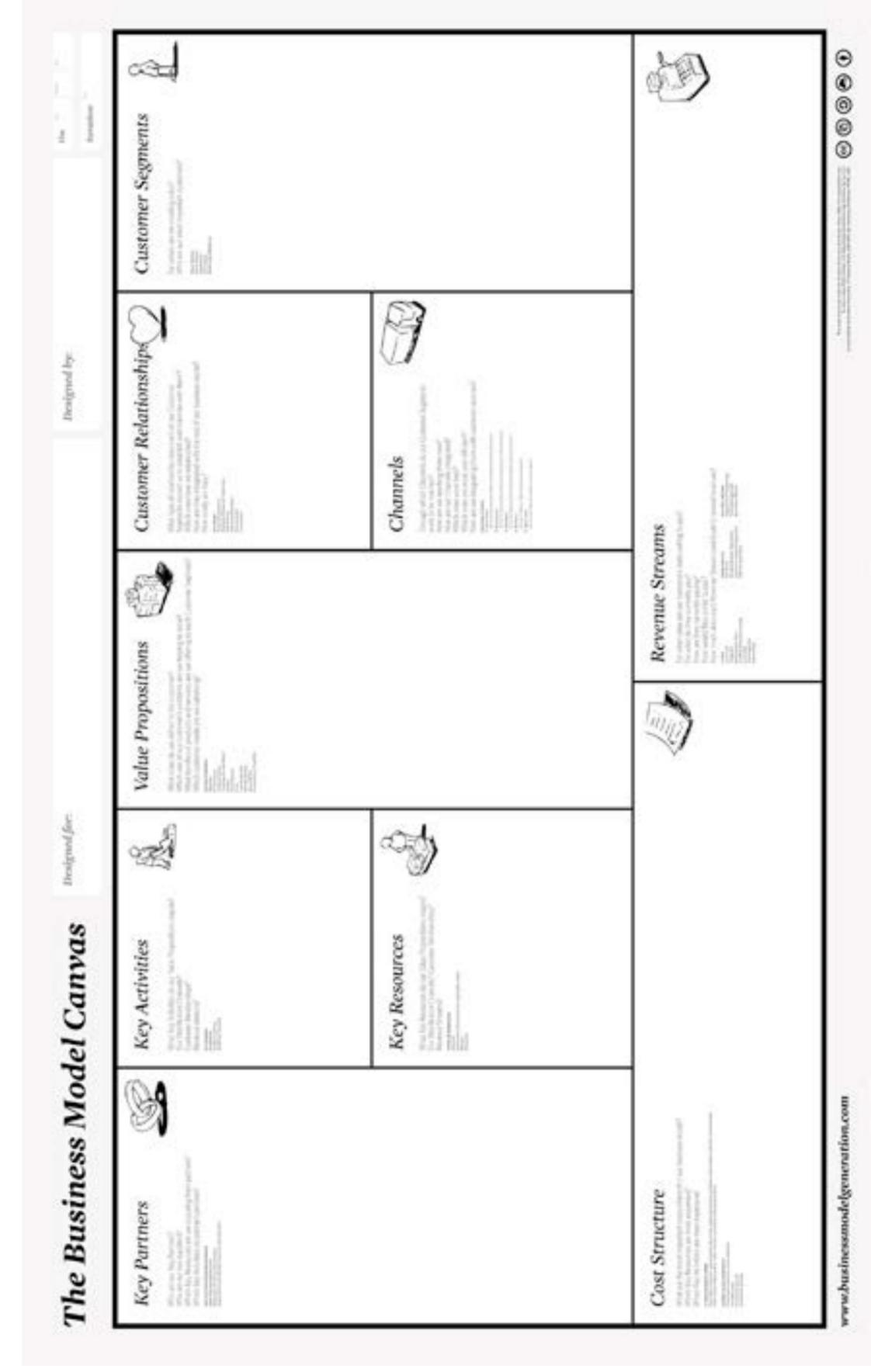
Pacote de Trabalho	Responsável Direto	Recursos Envolvidos	Tipo de Bolsa	Duração

11. CARTA DE ANUÊNCIA E DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA ECONÔMICA

12. DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO E SEUS PROCESSOS

13. MODELO DE NEGÓCIO

TELA DE MODELO DE NEGÓCIOS CANVAS



CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DE PESQUISA APLICADA (FORM B)

QUESITO I - MÉRITO EDUCACIONAL (SUBTOTAL, MÁX. 32)

- Este é o primeiro e único contrato de parceria com recursos oriundos de “agência de fomento” e/ou do orçamento do Instituto Federal XXX, firmado com esta empresa.
- Os riscos à segurança e ao ambiente físico para a execução do projeto foram considerados mínimos.
- O projeto fortalecerá a capacidade de desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada do Instituto Federal XXX.
- A execução do projeto de pesquisa proposto fortalecerá as competências do Instituto Federal XXX nas áreas de conhecimento estratégicas em que atua esta Instituição de Ensino.
- O projeto aprimorará as habilidades dos professores e estudantes em pesquisa aplicada.
- A pesquisa proposta tem o potencial de alavancar recursos adicionais que beneficiarão o Instituto Federal XXX, por meio da aquisição de novos equipamentos e/ou melhoria da sua infraestrutura educacional.
- A pesquisa possibilitará a colaboração entre o Instituto Federal XXX e outras instituições de ciência e tecnologia.
- A pesquisa possibilitará a colaboração entre o Instituto Federal XXX e outras empresas, indústrias e/ou organizações.

QUESITO II - QUALIDADE E ALINHAMENTO COM O PROJETO DE PESQUISA (SUBTOTAL, MÁX. 32)

- O projeto de pesquisa tem foco na inovação, melhoria da produtividade e comercialização e objetiva incrementar a capacidade de movimentação de produtos, práticas ou processos do parceiro industrial.
- As atividades propostas no projeto de pesquisa têm objetivos comerciais bem definidos.
As atividades do projeto de pesquisa incluem pelo menos uma, dentre as seguintes características:
 - produto e processo de pesquisa aplicada;
 - projeto de engenharia;
 - desenvolvimento de tecnologia;
- testes de produtos;
 - certificação;
 - prova de conceito;
 - prototipação e demonstração;
 - resolução de problemas.
- O projeto de pesquisa está claro, coerente e se encaixa nas áreas de atuação em pesquisa aplicada do Instituto Federal XXX.
- O projeto de pesquisa evidencia o comprometimento do parceiro demandante com o desenvolvimento do setor em que atua.
- O projeto de pesquisa aprimorará a capacidade do parceiro demandante de inovar e realizar atividades de P&D (Pesquisa e Desenvolvimento).

QUESITO III - VIABILIDADE E FATORES DE SUCESSO (SUBTOTAL, MÁX. 32)

- A pesquisa é viável, os resultados estão coerentes com os prazos exigidos/recomendados e os custos se ajustam ao orçamento proposto.
- O parceiro demandante tem capacidade para atender as etapas do projeto e os compromissos relativos ao investimento (financeiro ou econômico).
- O valor do investimento do parceiro demandante é coerente com a sua capacidade de investimento; o parceiro demonstra-se íntegro em relação ao compromisso de investir no projeto de pesquisa.
- O parceiro demandante é uma empresa já estabelecida e regularizada.
- Se concluído como previsto, o projeto tem uma alta probabilidade de gerar novos postos de trabalho.
- Se concluído como previsto, o projeto tem uma alta probabilidade de aumentar a rentabilidade do parceiro industrial.
- Se concluído como previsto, o projeto tem uma alta probabilidade de contribuir para o desenvolvimento econômico regional.
- O projeto de pesquisa intensificará as possibilidades de parcerias entre o Instituto Federal XXX e as indústrias do setor.

QUESITO IV - VIABILIDADE E FATORES DE SUCESSO (SUBTOTAL, MÁX. 4)

Clique aqui para digitar texto.

Observações: Para cada item dos quesitos I e III deve-se atribuir 4 pontos; para cada item do quesito II deve-se atribuir 5,3 pontos. A pontuação de corte para o projeto deverá ser estabelecida pelo comitê revisor, devendo resguardar coerência com os demais projetos avaliados na mesma área de conhecimento.

ANEXO VII

PLANILHA DE ANÁLISE DE RECURSOS

(FORM C)

Título do Projeto:		Data:	
Parceiro(s):		Telefone:	
Endereço:			
Nome do Contato:		E-mail:	

TIPO DE RECURSO	NECESSÁRIO	RECURSO PROPOSTO Listar o recurso específico requerido (i.e. nome do professor, laboratório, loja, tipo de equipamento / material, fonte de recurso e contribuição estimada, formulários necessários)	DISPONIBILIDADE / ACESSIBILIDADE Especificar datas
Pessoal			
Professor			
Professor Substituto			
Estudante			
Consultor			
Outros			
Equipamentos e infraestrutura			
Laboratório			
Loja			
Sala de Aula			
Equipamento			
Material			
Outros			
Gestão do Projeto			
Coordenador			
Software e Hardware p/ Gestão de Projetos.			
Proposta de Financiamento			
Outros			
Composição Orçamentária do Projeto			
Parceiro (Empresa)			
Governo / Doações			
Instituto Federal			
Fundação de Apoio do IF			
Outros			

Fonte: NiagaraCollege Canada / EvaluationCriteria

Documentação Requerida para Captação de Recursos para o Projeto

Lista de formulários ou documentos necessários

Cronograma Preliminar

Calendário provisório com base na análise de recursos

Notas / Considerações:

Recomendação

POSITIVO: proceda para a próxima etapa.

NEGATIVO: não proceda para a próxima etapa.

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

(FORM D)

Esta Declaração estará efetiva a partir de: de de 20

Este Acordo de Confidencialidade é celebrado entre . (Membro do Departamento de Pesquisa do Instituto Federal e . (Representante do Parceiro demandante) da .

DEFINIÇÕES

INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL	Significa toda e qualquer informação pertencente à Indústria Parceira ou para a qual esta parte tem direitos relacionados com a condução de seu negócio empresarial, cuja divulgação resultaria em desvantagem comercial e/ou industrial. Informações confidenciais podem incluir, sem limitação, dados sobre clientes, estratégias de preços, preços obtidos de fornecedores; listas de empregados ou nomes de funcionários individuais, informações financeiras; invenções, melhorias e outros direitos de propriedade intelectual; segredos comerciais; know-how do Parceiro demandante ; projetos, processos ou fórmulas, materiais ou aparelhos, métodos, estratégias de negócio, dados de pesquisa e desenvolvimento, resultados ou produtos; software ou programas; mercado ou informações de vendas ou planos; listas de clientes; planos de negócios; perspectivas e oportunidades (como possível aquisições ou alienações de negócios) que foram discutidas ou consideradas relevantes pela representação do Parceiro demandante. Os resultados da investigação aplicada desenvolvida pela Equipe de Pesquisa do Instituto Federal XXX, nos termos do Acordo de Colaboração para participar do Projeto XXXXXXXXXXXXXXX, é uma informação confidencial de propriedade do Parceiro demandante .
-------------------------	---

TERMOS E CONDIÇÕES

CONFIDENCIALIDADE	Por meio deste Acordo de Confidencialidade o membro da equipe de pesquisa do Instituto Federal XXX concorda em desenvolver relação de confiança com o Parceiro demandante citado em epígrafe. O membro da equipe de pesquisa do Instituto Federal XXX concorda que, durante e após o seu período de trabalho com o IF, não divulgará ou comunicará qualquer informação confidencial relativa ao projeto e não usará qualquer informação confidencial para o benefício próprio ou de terceiros que não sejam estritamente autorizados pelo Parceiro demandante em epígrafe. As informações sob a luz deste Acordo não são de domínio público e portanto são consideradas confidenciais, até que seja autorizado pelo Parceiro demandante . O membro da Equipe de Pesquisa entregará imediatamente todas as cópias de qualquer informação confidencial, mediante pedido do Parceiro demandante ou do Instituto Federal XXX durante o desenvolvimento da pesquisa ou após o término do Projeto.
-------------------	--

portal.mec.gov.br

MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

